

**Faculdade Damas da Instrução Cristã**

João Paulo Guerra de Vasconcelos

**Caxemira: O Fator Nuclear na Balança de Poder entre Índia e Paquistão**

Recife  
2020

# **Faculdade Damas da Instrução Cristã**

João Paulo Guerra de Vasconcelos

## **Caxemira: O Fator Nuclear na Balança de Poder entre Índia e Paquistão**

**Trabalho de conclusão de curso como exigência parcial para graduação no curso de Relações Internacionais, sob orientação do Prof. Dr. Antônio Henrique Lucena**

Recife  
2020

Catálogo na fonte  
Bibliotecário Ricardo Luiz Lopes CRB-4/2116

V331c Vasconcelos, João Paulo Guerra de.  
Caxemira: o fator nuclear na balança de poder entre Índia e Paquistão / João Paulo Guerra de Vasconcelos. – Recife, 2020. 54 f.: il. color.

Orientador: Prof. Dr. Antônio Henrique Lucena.  
Trabalho de conclusão de curso (Monografia – Relações Internacionais) – Faculdade Damas da Instrução Cristã, 2020.  
Inclui bibliografia

1. Índia. 2. Paquistão. 3. Caxemira. 4. Balança de poder. 5. Armas nucleares. I. Lucena, Antônio Henrique. II. Faculdade Damas da Instrução Cristã. III. Título.

327 CDU (22. ed.)

FADIC (2020-322)

FACULDADE DAMAS DA INSTRUÇÃO CRISTÃ

CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

JOÃO PAULO GUERRA DE VASCONCELOS

**CAXEMIRA: O FATOR NUCLEAR NA BALANÇA DE  
PODER ENTRE ÍNDIA E PAQUISTÃO**

Trabalho de conclusão de curso como exigência parcial para graduação no curso de Relações Internacionais, sob orientação do Prof. Dr. Antonio Henrique Lucena.

Aprovada em \_\_/\_\_/\_\_\_\_

BANCA EXAMINADORA

---

(Prof. Dr. Pedro Gustavo Cavalcanti Soares, Faculdade Damas)

---

(Prof. Me. Jeanete Magalhães Viegas, Faculdade Damas)

---

(Orientador Prof. Dr. Antonio Henrique Lucena, Faculdade Damas)

## Resumo

O objetivo desta pesquisa é analisar as abrangências relacionadas ao envolvimento da presença de armas nucleares na questão da Caxemira e no conflito entre Índia e Paquistão. A região a qual se direciona a pesquisa é o Sul da Ásia, mais precisamente do Vale da Caxemira, lugar onde se desenrola todo o conflito, que possui raízes históricas. É substancial compreender como se desenvolvem as relações diplomática e militares de Índia e Paquistão, pois são dois países com um histórico muito hostil, somado ao fato de ambos possuírem armas nucleares, colocando em risco não só a segurança regional, mas também a continental. Assim, dando ao conflito uma preocupação generalizada para os países membros da comunidade internacional. Na parte teórica da análise, a teoria realista das Relações Internacionais é o principal alicerce teórico na pesquisa. Sendo a balança de poder, o princípio essencial para compreender como se desenvolve a dinâmica de poder entre a Índia e o Paquistão, apoiando-se também em outras teorias que surgiram após as armas nucleares serem inseridas no cenário internacional, como a dissuasão nuclear.

**Palavras-Chaves:** Índia. Paquistão. Caxemira. Balança de Poder. Armas Nucleares.

## **Abstract**

The objective of this research is to analyze the scope related to the involvement of the presence of nuclear weapons in the issue of Kashmir and in the conflict between India and Pakistan. The region to which the research is directed is South Asia, more precisely the Kashmir Valley, the place where the whole conflict unfolds, which has historical roots. It is substantial to understand how the diplomatic and military relations of India and Pakistan develop, as they are two countries with a very hostile history, added to the fact that both have nuclear weapons, putting not only regional security, but also continental security at risk. Thus, giving the conflict a widespread concern for the member countries of the international community. In the theoretical part of the analysis, the realistic theory of International Relations is the main theoretical foundation in the research. Being the balance of power, the essential principle for understanding how the dynamics of power between India and Pakistan develops, also relying on other theories that emerged after nuclear weapons were inserted on the international stage, such as nuclear deterrence.

**Keywords:** India. Pakistan; Kashmir; Balance of Power; Nuclear Weapons;

## **Lista de Gráficos, Quadros e Figuras**

<b>FIGURA 1 - Mapa da Caxemira</b>	<b>12</b>
<b>FIGURA 2 - Ilustração da Política de Aliança</b>	<b>29</b>
<b>TABELA 1 - Características das Manifestações de Equilíbrio</b>	<b>31</b>

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
Método	11
RIVALIDADE HISTÓRICA NA CAXEMIRA	13
1.1 Linha Temporal	13
1.2 Ascensão de Hari Singh	14
1.3 Ato do governo da Índia	16
1.4 Independência	17
1.5 Adesão e Primeira Guerra Indo-Paquistanesa (1947)	19
1.6 Segunda Guerra Indo-Paquistanesa (1965)	21
1.7 Terceira Guerra Indo-Paquistanesa (1971) e Acordo de Simla	24
BALANÇA DE PODER E ARMAS NUCLEARES	27
2.1 Conceito e Importância da Balança de Poder	27
2.2 Formas de Equilíbrio de Poder	29
2.3 Balança de Poder Pós Segunda Guerra Mundial	32
2.4 Dissuasão Nuclear e Balança de Poder	33
2.5 Contraste Entre Balança de Poder e Balança de Terror	35
DINÂMICA NUCLEAR INDO-PAQUISTANESA NA CAXEMIRA	38
3.1 - Inserção de Armas Nucleares na Relação Indo-Paquistanesa	38
3.2 – Paquistão e as Armas Nucleares	38
3.3 Índia e Armas Nucleares	41
3.4 Crise da Caxemira em 1990	46
3.5 CONCLUSÃO	49
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	51

## INTRODUÇÃO

O tema desta monografia é o conflito no subcontinente indiano e suas abrangências relacionadas ao envolvimento da presença de armas nucleares nos arsenais da República da Índia e República Islâmica do Paquistão. O objeto de estudo será direcionado à região do Vale da caxemira, que consta como uma área altamente disputada por Índia e Paquistão. Sendo esta região, palco de três guerras indo-paquistaneses, além de um grande número de batalhas em menor escala. A Caxemira estende-se por pelo território oficial de Índia, Paquistão e República Popular da China. Possuindo maioria de sua população praticante do islamismo e sendo, a maior porção do seu território, administrada por um país de maioria hindu.

Desde a Independência do Raj britânico, o sul da Ásia está inserido em grandes problemas geopolíticos e militares que se estendem por mais de seis décadas e que envolvem não só os dois principais países da região mas também a participação de grandes potências ocidentais e orientais como Estados Unidos, Reino Unido e China. Em utilização desta temática, a questão da Caxemira expõe-se como um tema de alta importância para a comunidade internacional visto que, mesmo com três guerras oficiais na última década, ainda persistem engajamentos militares entre dois países nuclearmente armados com profundos desentendimentos históricos.

Desta maneira, a luta pela posse da Caxemira apresenta uma potencial transição para um considerável risco à segurança da comunidade internacional. Colocando em evidência a importância da compreensão da dinâmica que guia e orienta as políticas militares e nucleares dos países envolvidos na disputa pelos recursos do vale. Assim como assimilar como se consolidou o enraizamento da rivalidade indo-paquistanesa e como isto induz decisões importantes sobre os problemas envolvidos na questão.

É fundamental compreender a dinâmica que estrutura as relações diplomáticas entre dois países que são considerados potências regionais nuclearmente armadas e que mantêm uma relação diplomática altamente complexa.

Percebe-se uma inépcia vinda da comunidade internacional ao se tratar do monitoramento e busca por resolução das hostilidades perante a situação da Caxemira. Com o péssimo histórico de relações diplomáticas entre Índia e Paquistão, a Caxemira acaba absorvendo incontáveis tragédias causadas pela falta de acordo e negociação por partes dos indianos e paquistaneses. Com envolvimento de armas nucleares na dinâmica

de poder entre as duas nações, torna-se essencial identificar como introdução de armas com grande potencial de destruição em massa pode vir a influenciar o espectro geopolítico e militar no subcontinente indiano.

O escopo geopolítico no sul do continente asiático une elementos relevantes relacionados à segurança internacional. A presença de fatores como terrorismo, fanatismo, revoltas e arsenais nucleares contribui para uma conjuntura única no cenário internacional.

Sendo assim, tornando fundamental entender como o conflito se desdobrou nas últimas décadas, principalmente após a introdução das armas nucleares, e qual direção os desenvolvimentos das questões nucleares percorrem, na intenção de conceber possíveis desdobramentos no vale da Caxemira.

Com todo histórico de guerras e combates envolvendo a República da Índia e a República Islâmica do Paquistão durante boa parte do século 20, criou-se um cenário onde o conflito entre as duas nações estabeleceu bases que resistem arduamente as mudanças temporais.

O governo indiano permanece tentando normalizar a situação na Caxemira, utilizando seu exército para tentar manter a segurança local, ao mesmo tempo em que, acusa o governo paquistanês de facilitar e fomentar o terrorismo em Jammu e Caxemira. Mesmo que os indianos estejam dispostos a entrar em algum tipo de diálogo com os ativistas da Caxemira, não veem vantagem em discutir a situação do estado com o Paquistão. Além de não quererem ceder parte da Caxemira, pois a região, com maioria muçulmana, contribui para a imagem de país secular. A Índia não só projeta-se como uma potência regional, mas também se define como um país que aspira uma posição de uma grande potência internacional (HIRO, 2015).

Já o Paquistão reconhece a Índia como um rival que não aceita a partilha feita na época da independência, assim como não admite o direito do Paquistão de existir como um estado nacional independente que foi criado para abrigar a população islâmica do subcontinente indiano. Na visão dos paquistaneses, o Paquistão é vítima de práticas imperialista, motivadas pelos desejos indianos de ser uma hegemonia. Tal como, intercepta à vontade evidente do povo da Caxemira de juntar-se ao governo paquistanês, visto que a maioria muçulmana de sua população não consente com a administração de um estado hegemônico hindu.

Na balança de poder indo-paquistanesa, existe um evidente desequilíbrio entre as duas partes envolvidas. A Índia é um país economicamente e demograficamente superior

ao rival Paquistão. Assim esta posição desvantajosa dos paquistaneses perante os indianos, gerou certo tipo de mentalidade estratégica para as autoridades paquistanesas (SCHOFIELD, 2003) .

O Paquistão executou diversos tipos de estratégias pertinentes nesta assimetria de poder, como fomentar insurgências em território indiano e alinhamento com potências opoentes à Índia, no intuito de alcançar seus objetivos, sendo a Caxemira o principal deles (BLUTH e MUMTAZ, 2020).

Todavia, ficou notório que a obtenção de armas nucleares seria a maneira mais eficiente, para as autoridades paquistanesas, de equilibrar a balança de poder com a Índia. Nesta perspectiva focada no equilíbrio de forças, o Paquistão desenvolve um pequeno arsenal de armas nucleares e mísseis de médio alcance capazes de infligir um dano considerável em território indiano (BLUTH e MUMTAZ, 2020).

Já Índia, em resposta ao Paquistão, porém motivada pela forte ambição de se tornar uma grande potência no cenário internacional, utilizou sua notória indústria nuclear para realizar explosões testes e inserir armamentos nucleares em seu arsenal.

Com duas nações asiáticas rivais, e com histórico de guerra, possuindo armas nucleares, é inevitável a formação de uma expectativa para uma futura guerra nuclear entre elas. Em uma das mais difundidas correntes de pensamento da segurança internacional, a obtenção de armas nucleares de alta destruição acaba refletindo como uma consequência estabilizadora no conflito, devido ao efeito da dissuasão nuclear.

Contudo, no conflito entre Índia e Paquistão, não houve nenhum tipo de estabilização ou prevenção de conflitos armados diretos entre as partes. Uma vez que os envolvidos declararam ser armados nuclearmente, houve um aumento de crises de segurança na região do subcontinente, inclusive ocorrendo um conflito direto. Diante disso, por que mesmo com a presença de armas nucleares nos arsenais de ambos os estados envolvidos, ainda persistem conflitos armados?

A comunidade internacional tem como um dos seus principais anseios resolver problemas entre nações a partir de negociações diplomáticas. Diante dessa complexa situação a qual se encontra a Índia e o Paquistão, é possível a comunidade internacional mediar o conflito de maneira amena e responsável? É plausível um cenário, onde ambos os países abdicuem de suas armas nucleares?

Tem com objetivo geral analisar como as dinâmicas das políticas nucleares da República da Índia e da República Islâmica do Paquistão influenciam na balança de poder presente na disputa pela Caxemira. Assim como tem como objetivos específicos:

apresentar o histórico político e militar entre a República da Índia e a República Islâmica do Paquistão; Investigar as estratégias políticas e militares de ambos os países; averiguar fatores e elementos que direcionam a tomada de decisões referentes à política de armas nucleares;

O referencial teórico desta pesquisa é estruturado em conceitos fundamentais relacionados à teoria das relações internacionais e o campo da segurança internacional. Um dos principais autores da corrente de pensamento realista nas relações internacionais é o americano John Mearsheimer. O autor desenvolveu o conceito de realismo ofensivo, que considera o estado nacional como a parte mais importante do sistema internacional. Segundo Mearsheimer (2001), os estados nunca ficariam satisfeitos com a posição a qual ocupam, desta forma sempre visam aumentar seu poder político e militar como uma forma de tentar alcançar a hegemonia, sendo ela a principal maneira de garantir a sobrevivência. No realismo ofensivo, os estados nacionais apresentam um comportamento agressivo no sistema anárquico internacional.

Dentro da lógica realista, quando um país desenvolve ou aumenta seu arsenal, os outros países, principalmente os países opoentes a seus interesses, interpretam este investimento como uma estratégia agressiva e pretensiosa. Então, o outro estado também irá desenvolver armas, no intuito de garantir sua sobrevivência na anarquia internacional. O equilíbrio de poder compõe a “paz armada”, na qual a sensação da paz (ou “ausência de conflitos”) é garantida por meio do poder bélico.

A partir deste cenário, prosperou o conceito de dissuasão nuclear. Na dissuasão nuclear, um estado detentor de armas nucleares utiliza seu arsenal com alto potencial destrutivo como uma forma de barganha para alcançar seus interesses perante os outros estados que compõem a anarquia internacional. Teóricos realistas como Mearsheimer e Kenneth Waltz, afirmam que a dissuasão nuclear tem um efeito de estabilidade estratégica.

O conceito de estabilidade estratégica foi desenvolvido no período da guerra fria, onde as duas potências hegemônicas, Estados Unidos e União Soviética, possuíam um vasto arsenal nuclear, com um potencial destrutivo extremamente elevado. Devido à tensão gerada pela destruição causada por uma possível guerra nuclear, os armamentos nucleares acabavam suscitando um efeito amenizador nas relações conflituosas entre os países (SHEEHAN, 1996).

Entretanto, não foi razoável a aplicação da estabilidade estratégica como um efeito apaziguador no subcontinente indiano. Visto que as tensões e crises entre Índia e Paquistão aumentaram consideravelmente após ambos os países se declararem nuclearmente armados. Em consequência, foi elaborada por Glenn Snyder, a teoria do paradoxo da estabilidade/instabilidade. Esta teoria afirma que, quando dois países possuem armas nucleares, a probabilidade de uma guerra direta entre eles diminui, porém eleva as chances de conflitos menores ou indiretos. Isto acontece pois os atores racionais pretendem evitar guerras nucleares e, portanto, não iniciam conflitos maiores nem permitem que conflitos menores se transformem em conflitos maiores, deixando o ambiente propício para o surgimento de conflitos menores (BLUTH e MUMTAZ, 2020).

## **Método**

Na monografia foi empregado a abordagem qualitativa, que visa compreender a lógica e a dinâmica presente nos processos e estruturas da sociedade. Assim como, debate teses, ideias e teoria relacionadas ao assunto abordado. Quanto à natureza do projeto, pode classificar como básica. Visto que uma das pretensões mais relevantes da pesquisa é gerar conhecimento útil para a comunidade científica. Assim como, apresenta um objetivo de pesquisa exploratório, dando maior familiaridade com o problema do projeto, visando construir possíveis hipóteses e situar a questão nuclear na Caxemira dentro da literatura acadêmica. Entretanto, também aplica-se o método de pesquisa explicativa, que identifica, averigua e explica causas para determinada questão.

Foi empregado o procedimento de levantamento bibliográfico, sendo este método, o mais adequado para consulta e pesquisa de dados, acontecimentos históricos e estatísticos sobre as muitas décadas de conflito e relações políticas conturbadas entre a Índia e o Paquistão. Muito material acadêmico e bibliográfico foi produzido nos últimos anos que abordam principalmente a difícil situação do povo da Caxemira, além dos acontecimentos recentes sobre geopolítica da região, que é trabalhada por artigos jornalísticos e reportagens.

Do método bibliográfico, utiliza se técnica de pesquisa e consulta de fontes acadêmicas e jornalísticas sobre o crescimento da tensão entre Índia e Paquistão. Uma

leitura e análise do material utilizado foram feitas para elaboração das questões defendidas na pesquisa, levando em consideração análises anteriores sobre o assunto.

Foram empregados Artigos científicos pesquisados a partir da ferramenta Google Acadêmico, também foi utilizado Livro, escritos por historiadores especialistas no assunto, que abordam aspectos que fazem parte da elaboração da problemática e da conclusão desta pesquisa. Consulta de obras clássicas de autores da área de segurança internacional e das relações internacionais. Também foram utilizados artigos de jornais e revistas que abordam e cobrem de maneira intensa os episódios de movimentações políticas na região da Caxemira. Os materiais jornalísticos foram de imensa importância para os acontecimentos recentes, visto que há uma escassez de artigos científicos sobre os desdobramentos da segunda década do século 21.

# RIVALIDADE HISTÓRICA NA CAXEMIRA

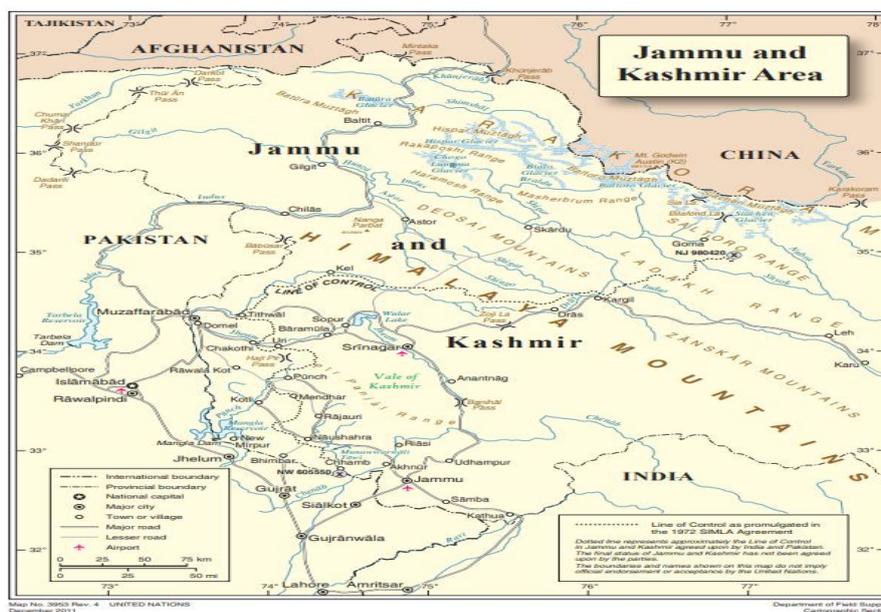
## 1.1 Linha Temporal

O período que ocorre o acirramento dos conflitos envolvendo a República da Índia, República Islâmica do Paquistão e a Caxemira remetem aos anos anteriores da independência do Raj britânico. O marco histórico que marcou o início de um cenário politicamente conturbado e violento na Caxemira, foi à subida ao poder do último representante da dinastia Dogras, que estava há quase um século no comando da região, o príncipe Hari Singh.

Os anos que se seguiram após a ascensão de Singh, refletiram em acontecimentos de grande importância no histórico entre as partes envolvidas. Estes eventos foram o processo de independência dos dois países, adesão de Singh à Índia, Primeira guerra indo-paquistanesa (1947), Segunda guerra indo-paquistanesa (1965) e Terceira guerra indo-paquistanesa (1971).

A principal consequência direta originada dessas guerras e destes eventos políticos, militares e diplomáticos abordados na linha temporal trabalhada neste capítulo, é o reflexo direto no processo de formação do espectro político e militar das relações indo-paquistanesas. Sendo fundamental compreender estes ocorridos para captar os fatos históricos que motivariam as políticas nucleares estratégicas de Índia e Paquistão. A imagem a seguir mostra o mapa região da Caxemira.

**Figura 1** – Mapa da Caxemira



**Fonte:** ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (2011)

## **1.2 Ascensão de Hari Singh**

Após a morte de Pratap Singh em 1925, o seu sobrinho Hari Singh assume a sucessão da dinastia Dogra, que estava no comando do principado de Jammu e Caxemira desde março de 1846. Após Sir Hari Singh assumir o trono, espalhou-se pelo principado um sentimento discreto de otimismo e esperança por uma administração melhor que o Marajá anterior. No entanto, as expectativas populares por uma gestão pública mais eficiente foram rapidamente impactadas negativamente logo na cerimônia de coroação do novo Marajá. Onde foi gasta uma quantia exorbitante de rúpias, chegando na casa dos milhões, somando isso a manutenção de uma grande quantidade de “forasteiro” em cargos na administração pública, o sentimento de repulsa e rejeição do povo para o marajá se espalhou rapidamente nos anos seguintes (SCHOFIELD, 2003).

Neste cenário de impopularidade do governante, um movimento político intitulado “Caxemira para os Caxemires” surgiu. Este grupo era gerenciado pelos pânditas da Caxemira, que consistiam em estudiosos da cultura hindu. Uma das principais contribuições políticas deste movimento foi para aprovação de uma lei que proibia não-súditos do estado da caxemira de ocupar cargos públicos e possuir terras. Mesmo com essa lei, o Marajá manteve a presença de pessoa que não tinha origem na Caxemira nos cargos públicos. Desta forma, minando ainda mais sua popularidade entre a população hindu. Outra medida impopular, desta vez com a parte islâmica, foi a de manter a proibição de muçulmanos de portarem arma de fogo e de entrarem no exército. (HIRO, 2015).

Este cenário político desfavorável para Hari Singh acabou se tornando um ambiente fértil para coletividades, tanto hindus quanto muçulmanas, surgirem como uma forte resistência à gestão do Marajá. Veículos muçulmanos de imprensa atuavam de maneira acentuada, numa tentativa de difundir a difícil situação que a povo muçulmano se encontrava sob a gestão de Singh. Schofield (2003) salienta que pequenos grupos políticos se juntavam para discutir suas queixas e reclamações sobre o governo, assim como líderes religiosos locais utilizavam sua influência sobre as pessoas para articularem encontros e reuniões que protestavam contra o governo do marajá. Neste contexto de

revolta, o ativista político e líder popular da região, Sheikh Abdullah, também conhecido como “Leão da Caxemira”, retorna ao principado.

Neste meio politicamente instável, um protestante chamado Abdul Qadeer Khan Ghazi realizou um discurso caloroso ao qual convocava as massas para lutar contra a opressão do governante local. Este episódio não agradou o Marajá, que ordenou a prisão de Abdul Qadeer imediatamente. A população se mobilizou de maneira hostil contra a prisão do manifestante, causando ainda mais prisões de protestantes que contestavam a detenção de Abdul Qadeer. Entretanto, os protestos continuaram e confrontos com a polícia foram travados, deixando um saldo de vinte e uma pessoas mortas. Como uma maneira de atingir o Marajá, que era hindu, manifestantes quebraram e saquearam lojas de proprietários hindus (SCHOFIELD, 2003).

Este acontecimento gerou um clima tenso no principado, levando Hari Singh à criar uma comissão chefiada por um oficial da coroa britânica. O relatório, apresentado por Sir Bertrand Glacy, recomendava reformas para melhoria da educação e também para geração de emprego, visando uma maneira de apaziguar a imagem do Marajá perante o povo. Todavia, a recomendação de Glacy foi colocada de lado em detrimento da Praja Sabha, que consistia em uma assembleia legislativa a qual o Marajá possuía a maioria dos votos (SCHOFIELD, 2003).

As autoridades britânicas ficavam cada vez mais preocupadas com a imagem negativa do Marajá e as consequências que estavam decorrendo. Diante disso, Hari Singh aumentou sua participação em reuniões políticas orquestradas pelos britânicos, que focavam em melhorar o clima entre o governante Singh e a população local. Como resultado, foi instaurada a câmara dos príncipes, que possuía um corpo composto por representantes dos estados e principados. Em sua primeira conferência, foi decidido por decisão unânime que o Raj-britânico seguiria em favor da federação indiana (HIRO, 2015).

Além da preocupação com a imagem local de Singh na Caxemira, a invasão da URSS em Xijiang em 1934, provocou uma grande preocupação para o Reino Unido, visto que localiza-se perto da fronteira norte do Paquistão. Para Schofield (2003) mesmo que a ansiedade causada pela movimentação militar soviética na China fosse sem fundação concreta, muitos oficiais britânicos reforçaram a ideia de tomar o controle total no norte da fronteira. Assim como durante o governo do antecessor de Pratap Singh, ao qual o Reino Unido possuía controle sobre as políticas de relações exteriores do Marajá, desta forma as forças de Jammu e Caxemira seriam certamente usadas em um possível

confronto na fronteira norte. No entanto, na gestão vigente, as direções da política exterior eram tomadas inteiramente pelo Marajá Singh. Levando em consideração a constante tensão da fronteira, foi pactuado entre o Reino Unido e o Marajá Hari Singh um acordo em que o governante se comprometia em garantir a defesa do local contra uma hipotética invasão soviética, em troca ele não perderia o poder administrativo sobre a região. Logo, o Marajá Singh aproveitava de tensão britânica como uma maneira de consolidar seu poder.

### **1.3 Ato do governo da Índia**

A proposta, que a princípio foi apresentada na câmara dos príncipes, foi finalmente oficializada em 1935, como o ato do governo da Índia. Este ato, que é considerado como um divisor de águas dava um alicerce legislativo para o corpo administrativo das onze províncias autônomas do Raj britânico, assim como originava um governo centralizado que detinha a responsabilidade de representar as províncias e principados, e que inseria um direito das minorias muçulmanas de serem protegidas pela administração central.

Schofield (2003) destaca que primeira eleição estabelecida para eleger os membros do corpo administrativo das províncias, deu uma grande vantagem para o partido do congresso, que obteve o controle de 7 das 11 províncias. Em contrapartida, a liga muçulmana não conseguiu uma articulação política boa suficiente para deter controle de pelo menos um governo provincial, sendo o governo das províncias restantes formadas por uma coalisão.

Mesmo que os principados usufríssem de um status proveitoso para seus líderes, que também possuíam 75% das cadeiras na assembleia federal, ainda que sua população representasse apenas um quarto da total. Quando foram formalmente convidados pelos britânicos para se juntarem a federação como províncias, recusaram e criticaram a iniciativa.

Esta resistência dos príncipes a uma possível sujeição que poderia retirar o seu domínio total, simbolizava a complexidade política de uma articulação no cenário de partilha do Raj britânico. Hari Singh figurava como uma peça fundamental no cenário político da partilha, ao mesmo tempo em que matinha um sentimento de manutenção de sua importância à qualquer custo, o que perdurava a insatisfação popular de seus súditos (KHAN, 2007).

Esta insatisfação com o comportamento administrativo do Marajá Singh, aliado ao desemprego, altos impostos e outros fatores negativos da vida popular na Caxemira, levou, em agosto de 1938, lideranças políticas à execução de contundentes protestos contra Singh. Os protestos uniram hindus, muçulmanos e siques, que eram movidos pelo descontentamento. Consequentemente, conduziu-se para difusão de um maior sentimento de secularismo na oposição, retratado pela aproximação política entre Sheikh Abdulah e Jawaharlal Nehru, dois dos principais personagens deste contexto de independência. Aliado à isto, une-se decadência de poder controlador das potências europeias sob suas colônias de principados decorrida do envolvimento nos acontecimentos da Segunda guerra mundial (SCHOFIELD, 2003).

### **1.4 Independência**

Ao decorrer da década 1940, a independência do Raj britânico já estava assegurada, muito por consequência da inaptidão de comandar, provinda do fortalecimento do sentimento da Independência local e das sequelas da segunda grande guerra. No entanto ainda havia uma enorme expectativa de como essa independência ira ser realizada, visto a grande complexidade política da região do subcontinente indiano. Os dois principais agentes políticos, liga muçulmana e o partido do congresso, estavam em constante discordância, que foi muito aprofundada por suas divergentes reações com relação à participação da Índia britânica na Segunda guerra mundial (KHAN, 2007).

O vice-rei Mountbatten, autoridade mais importante da Índia britânica, pretendia resolver a questão territorial da partilha do Raj britânico da maneira mais completa e pacífica possível. O Reino Unido tinha interesse em uma divisão bem resolvida e definitiva pois queria passar para a comunidade internacional uma imagem positiva e democrática (SCHOFIELD, 2003).

Baseando nessa premissa prudente, Mountbatten emitiu um comunicado para à câmara dos príncipes, o qual ressaltava que apesar da independência e liberdade fossem asseguradas para os estados, havia uma grande possibilidade de ocorrência de um fator geopolítico inconveniente. Sendo assim, Mountbatten aconselhou que os líderes dos principados se articulassem politicamente e realizassem um *Standstill Agreement* com as autoridades indianas e paquistanesas. Schofield (2003) argumenta que mesmo que a maioria dos estados fossem pequenos demais para sobreviverem por conta própria e

articularem para sua fidelidade geográfica, três dos 565 se abstiveram em tomar uma decisão, entre eles estava o estado de Jammu e Caxemira.

Finalmente, o plano de partilha foi estabelecido no ato de independência indiano. Nele foi prevista a realização de duas comissões de fronteira, consistindo de quatro juízes que eram nomeados pelo congresso e liga muçulmana. O responsável por executar a tarefa é o advogado britânico Cyril Radcliffe, que deveria dividir as áreas do território do subcontinente indiano para que a maioria muçulmana ficasse do lado do Paquistão e a maioria hindu ficasse do lado indiano (KHAN, 2007).

Como o Marajá Singh ainda projetava o estado de Jammu e Caxemira como independente, sendo assim para ganhar tempo e se articular politicamente, Singh faz um *standstill agreement* com o Paquistão. Este acordo tinha como meta garantir que o comércio e transporte se mantivessem da mesma maneira que quando os britânicos estavam no controle. Porém, mesmo com este pacto com os paquistaneses, o Marajá não pretendia seguir para o caminho político direcionado ao Paquistão. Isto foi demonstrado na noite da independência, quando habitantes locais estenderam a bandeira paquistanesa em vários estabelecimentos espalhados pela capital. Ato patriótico que desagradou o Marajá, logo em seguida ordenou que todas as bandeiras fossem derrubadas, além de mandar fechar todos os jornais e veículos de imprensa muçulmanos (SCHOFIELD, 2003).

As semanas seguintes da independência do Raj britânico seriam demasiadamente conturbados para o até então, estado independente de Jammu e Caxemira. Após um mês, Tribos pathan vindas da fronteira oeste com o Paquistão, iniciaram uma revolta contra o governo de Hari Singh. Esta rebelião estava cada vez mais forte e impactando duramente a gestão do Marajá (KHAN, 2007).

O governante do principado de Jammu e Caxemira acusou duramente o Paquistão de estar dando apoio para os rebeldes, além de estar infiltrando armas e soldados entre os manifestantes contra sua gestão. Entretanto, o governo paquistanês negava qualquer envolvimento oficial com esta revolta e ressaltava que era uma rebelião espontânea, indígena e causada pela má gestão do Marajá com a população muçulmana de seu estado. Ademais, argumentava que as tribos que vinham das montanhas da fronteira noroeste do Paquistão eram simpatizantes da causa defendida pelos muçulmanos residentes de Jammu e Caxemira (SCHOFIELD, 2003).

Os acontecimentos no estado da Caxemira deixaram as autoridades indianas aflitas com os possíveis desdobramentos desta revolta. Os indianos presumiam que esta rebelião

seria logo seguida por uma grande invasão militar do Paquistão, além de que os paquistaneses usariam este ocorrido como base para uma manobra político-militar a qual visaria à anexação da Caxemira. Visto a delicada situação que Singh se encontrava, Jawarlal Nehru, primeiro-ministro indiano, projetou nela uma forma de induzir o Marajá a juntar-se à Índia. Entretanto, ele tinha consciência de que isto apenas seria plausível acontecer se Sheik Abdulah, grande liderança popular na Caxemira e amigo seu, estivesse aliado com esta possível aderência política da Caxemira (HIRO, 2015).

### **1.5 Adesão e Primeira Guerra Indo-Paquistanesa (1947)**

No dia 24 de Outubro de 1947, O Marajá Hari Singh faz um apelo oficial para o governo indiano, solicitando urgentemente ajuda militar para combater a revolta em seu território. Ao ser notificado por Nehru de que a Caxemira estaria sendo invadida por tribos provindas das montanhas paquistanesas, o vice-rei Mountbatten convoca uma assembleia de defesa para debater a situação da Caxemira. Neste comitê, Mountbatten argumenta que enviar tropas para um estado neutro não seria uma atitude prudente e determina que se o Marajá Singh quiser receber suporte militar é necessário aderir oficialmente Jammu e Caxemira à República da Índia. Mesmo que a adesão fosse de encontro à liberdade administrativa que Hari Singh projetava para Caxemira, ele assina oficialmente o documento de adesão de Jammu e Caxemira à República da Índia no dia 27 de outubro de 1947. Instante após à assinatura do documento de adesão, tropas indianas altamente treinadas entram com grande intensidade na Caxemira. Logo após entrada oficial da Índia, o governo paquistanês oficializa sua participação no conflito enviando seu exército regular (SCHOFIELD, 2003).

Ambos os países envolvidos estavam convictos de seus interesses e suas razões para entrarem em um conflito armado em território da Caxemira. O governo indiano considerava-se tendo a legítima posse do estado de Jammu e Caxemira, visto que o documento de ascensão, assinado por Hari Singh, permitia isto. As autoridades indianas alegavam que a ajuda que o governo paquistanês deu as tribos invasoras foi considerada um ato insidioso que figurava como uma maneira do Paquistão desestabilizar a lei e a ordem na Caxemira. Sendo assim, seria dever da Índia intervir no intuito de restaurar a paz (SCHOFIELD, 2003).

Já o governo paquistanês, acusou que a adesão feita por Hari Singh para juntar a caxemira à Índia foi uma manobra desleal. Os paquistaneses destacam que o líder da

Caxemira assinou um acordo de permanência com o Paquistão, impossibilitando que o estado principesco entrasse em algum tipo de negociação com outro país. Desta forma, o argumento indiano da ascensão seria, desde o início, inválido e desonesto. A autoridade do Paquistão assegurava que as tribos rebeldes eram indígenas e surgiram de maneira espontânea, como resposta a anos de crueldade, repressão e desgoverno das autoridades locais. Em decorrência disto, o governo paquistanês precisava intervir para se proteger da invasão de forças indianas (SCHOFIELD, 2003).

Como sugestão dos britânicos, a Organização das Nações Unidas entrou como intermediador do conflito e realizou uma série de conchaves com a participação de ambos os lados. Até que em 1 de janeiro de 1949 o conflito foi encerrado com a imposição de um cessar-fogo. O acordo determinou o estabelecimento de uma linha de cessar-fogo e da reconfiguração do estado de Jammu e Caxemira, neste rearranjo de fronteiras, dois terços do território do estado ficou sob o domínio indiano. Ademais, a ONU recomendou a realização de um plebiscito para definir com qual estado nacional ficaria à administração da Caxemira (HIRO, 2015).

Sob administração da República da Índia, foi concedida para Caxemira um status especial garantido pelo artigo 370 da constituição indiana. Este artigo outorga certo nível de autonomia, onde o governo da Caxemira pode ter sua própria constituição, bandeira e poder legislativo. Entretanto, defesa, relações exteriores e comunicações permaneceriam como responsabilidade do governo central indiano (SCHOFIELD, 2003).

Com fim da guerra, a Caxemira continuou sendo governada pelo Marajá Hari Singh, que ainda persistia com a mentalidade de continuar detendo o controle. No entanto, Jawarlal Nehru almejava fortemente que o Marajá se retirasse e cedesse o cargo para Sheik Abdullah. Na visão de Nehru, seria essencial que Abdullah assumisse por completo o comando da Caxemira, pois além de aliado pessoal seu, era também um líder islâmico local altamente popular que governaria um estado com maioria muçulmana. Assim, seria uma maneira de reverter a impopularidade de Hari Singh com um governante amplamente admirado pelo povo da Caxemira, ao mesmo tempo em que manteria um homem de confiança.

Schofield (2003) relata que a pior parte para Hari Singh, da adesão da Caxemira, não era lidar com o primeiro-ministro indiano, ao qual não detinha nenhum tipo de simpatia. Mas sim ter que tolerar a participação no governo de Abdullah, que foi um opositor ferrenho nos últimos vinte anos.

Após um ano e meio de uma gestão cheia de contratemplos e impasses com o governo central indiano, Hari Singh renuncia ao cargo e é substituído por Sheik Abdullah. Consequentemente, pondo fim à centenária dinastia Dogras.

### **1.6 Segunda Guerra Indo-Paquistanesa (1965)**

A década de 1960, na Caxemira, continuou sendo altamente conturbada política e militarmente. Índia e Paquistão continuaram mantendo uma relação diplomática desfavorável para uma solução pacífica, portanto a comunidade internacional manteve-se apreensiva sobre os possíveis rumos do subcontinente indiano (HIRO, 2015).

Em outubro de 1962, ocorreu um conflito direto entre a República da Índia e a República Popular da China. Esta hostilidade militar foi fruto de uma questão geopolítica não resolvida, na região nordeste de fronteira do Himalaia. Forças chinesas avançaram sobre entrepostos de fronteira do exército indiano, resultando em uma escaramuça entre os dois países. Entretanto, a crise militar entre Índia e China durou apenas dois meses, encerrando com um cessar-fogo unilateral dos chineses. Mesmo breve, o conflito demonstrou uma fraqueza evidente do exército indiano perante combates em altas altitudes, assim expondo uma notória vulnerabilidade do sistema de defesa indiano nas fronteiras (SCHOFIELD, 2003).

Na política interna da Caxemira, Sheikh Abdulah seguiu um caminho divergente do que o governo central indiano planejou ao coloca-lo no poder. Abdullah passou a advogar pela independência do estado de Jammu e Caxemira perante Índia e Paquistão, assim desagradando ambos os lados. Após escrever um artigo para um veículo de imprensa americano, ao qual defendia autonomia total da Caxemira e ser convidado pelo primeiro-ministro chinês para uma visita política à China, Abdullah desapontou fortemente às autoridades indianas, que em maio de 1965, ordenaram sua prisão. Ao levar para detenção, à dois mil milhas de distância da Caxemira, o governante e líder mais popular da região, a população local protestou violentamente contra o governo indiano. Assim, aflorando ainda mais um clima político tenso e instável dentro da Caxemira (HIRO, 2015).

Em paralelo, estava em curso a campanha eleitoral paquistanesa, onde o presidente e candidato à reeleição, Ayub Khan, propagandeava uma imagem de defensor da Caxemira. Com o anúncio do ministro da defesa indiano de que as tropas fronteiriças estariam sendo

reforçadas, Ayub Khan recebeu uma grande pressão dos movimentos pró-caxemira para tomar uma atitude séria sobre a situação da região (SCHOFIELD, 2003).

Motivado por sua posição favorável à anexação da Caxemira e pela constrição vinda de grupos internos, Khan visita à China, em março de 1965, com intuito de estreitar os laços com o país que é visto pelo povo paquistanês como um aliado na luta contra à Índia. Esta aproximação com os chineses acabou descontentando os EUA, o qual decidiu se afastar politicamente do Paquistão, esse afastamento dos americanos levou o Paquistão a intensificar sua relação com a União Soviética (HIRO, 2015).

A região do Rann de Kutch, localizada entre o distrito de Sindh no Paquistão e o distrito de Kutch na Índia, disputada por ambos os países desde a partição, com o Paquistão contestando uma parte do território na fronteira entre os dois distritos. Durante a primavera de 1965, uma escaramuça envolvendo patrulhas de fronteira, acabou escalando para um breve enfrentamento dos exércitos regulares do Paquistão e Índia. As forças indianas recuaram pela fronteira, deixando para trás cerca de quarenta milhas de terras pantanosas. Um cessar-fogo intermediado pelos britânicos e americanos, pôs fim ao duelo, atribuindo ao Paquistão à metade norte do Rann de Kutch. Schofield (2003) acentua que esse resultado favorável deu aos paquistaneses um alicerce ao sentimento de que as forças indianas estariam faceando um efeito negativo provindo da derrota para à China. Diante desta situação, o alto comissário britânico que participou do cessar-fogo, Morrice James concluiu que o presidente Ayub Khan e seus conselheiros idealizaram um cenário onde a disputa na Caxemira poderia ser reacendida ao instigar uma rebelião popular no território administrado pela Índia. Esta revolta levaria à situação da Caxemira à um estado crítico, onde as potências ocidentais realizariam uma intervenção que obrigaria à submissão da Índia à uma mediação que possivelmente resultaria em um despojo territorial favorável ao Paquistão.

A “Operação Gibraltar”, comandada pelo major general Akthar Hussain Malik, foi traçada. Nessa operação, diversas forças tarefas avançariam através das fronteiras do cessar-fogo e atacariam pontos estratégicos do lado indiano. Entretanto, existia um risco grande visto que o exército regular indiano era três vezes maior que o exército paquistanês. Além que não existia uma certeza que o exército indiano invadiria o Paquistão. A estratégia paquistanesa mais importante sustentava-se na crença que o povo da Caxemira, descontentes com à administração do governo central indiano, apoiariam à invasão paquistanesa. A partir deste apoio popular, o exército paquistanês dominaria uma

estação de rádio e o aeroporto da capital, e logo em seguida formariam um conselho revolucionário que proclamaria um governo independente e oficial (SCHOFIELD, 2003).

Nos planos estratégicos dos paquistaneses, uma operação extra, chamada de “*Grand Slam*”, seria lançada logo em seguida. Nela, postos de comunicação e linhas ferroviárias indianas fundamentais para o abastecimento e suporte à infraestrutura no estado de Jammu e Caxemira seriam atacadas e tomadas. No intuito de isolar as forças indianas que combateriam os paquistaneses. Todavia, líderes e grupos muçulmanos populares na Caxemira não estavam sincronizados com o plano do Paquistão, dessa forma o ambiente no vale não era propício para uma revolta bem sucedida. Em 5 de Agosto, campos dos invasores paquistaneses foram rastreados pela polícia local e nenhuma força tarefa teve algum impacto nas posições das forças indianas. Em resposta ao acontecimento, as autoridades paquistanesas rebateram as acusações indianas afirmando que não tinham envolvimento algum com o ocorrido e que era um início de uma revolta local (SCHOFIELD, 2003).

Estava claro para as autoridades indianas que não havia nenhuma revolta local, como afirmava os paquistaneses. Tratava-se de mais uma estratégia do Paquistão para tentar assumir o controle da Caxemira. Em retaliação, a Índia contra-atacou as posições paquistanesas, principalmente em Kargil, visando selar as possíveis passagens dos invasores paquistaneses. Em consequência, as forças paquistanesas ficaram bastante expostas. Numa tentativa ansiosa de desestabilizar as forças indianas, foi executada à operação “*Grand Slam*”. Porém, o general Malik foi repentinamente substituído pelo Major general Agha Mohamed Yahya Khan. Esta substituição inesperada, somada à fortificação das defesas indianas, levou à mais uma falha de operação. Soviéticos e Americanos eram os principais fornecedores de armas e suprimentos para ambos os lados (SCHOFIELD, 2003).

Ao ingressar mais uma vez, a Organização das Nações Unidas exigiu que um cessar-fogo estivesse ativo dentro de dois dias. Em consequência disto, o Primeiro-Ministro paquistanês Zulfikar Ali Bhuto viaja à Nova York para negociar o cessar-fogo. No dia 23 de setembro o cessar-fogo é aprovado, mais uma vez sob tutela dos Estados Unidos e Inglaterra.

No mês de janeiro de 1966, em Tashkent, capital do Uzbequistão, foi sediado um encontro entre as delegações paquistanesa e indiana. Essa conferência foi mediada informalmente pelo Primeiro-Ministro soviético Alexei Kosygin, que guiou para uma resolução onde foi reafirmado, por ambos os lados, um compromisso de resolver os

impasses da maneira mais pacífica possível. Também foi acordado retroceder as posições das patrulhas fronteiriças para antes do início da segunda guerra (SCHOFIELD 2003).

Com o acordo de Tashkent, encerava-se de maneira oficial o segundo conflito indo-paquistanês em Caxemira, entretanto mesmo com o compromisso tanto da Índia como do Paquistão em melhorar as relações que tratem de contenciosas, a rivalidade proveniente da Caxemira refletiriam em mais um conflito futuro. Desta vez, abrangendo a ala leste do subcontinente indiano.

### **1.7 Terceira Guerra Indo-Paquistanesa (1971) e Acordo de Simla**

Mesmo com o fracasso em atingir os objetivos pretendidos na guerra de 1965, ainda manteve-se, no Paquistão, uma sensação de que o esforço de guerra foi moralmente válido. Esta retórica foi amplamente utilizada pelo Primeiro-Ministro Zulfikar Ali Bhutto, que apesar dos equívocos decisivos na guerra, permaneceu como um dos líderes mais populares da política interna do Paquistão (HIRO, 2015).

Além, perdurava um sentimento consistente de ódio da maioria da população da Caxemira contra a administração indiana. O governo indiano apenas matinha cerca de doze batalhões para atuarem como prevenção de qualquer movimento insurgente na região. Apesar do sistema político vigente na Caxemira seguir uma orientação secular, a população de muçulmanos do vale acreditava que conjuntura administrativa local operava para que a parcela islâmica da população não fosse mais maioria. Sendo isto, uma parte de uma estratégia de longo prazo para tornar Jammu e Caxemira, um estado de maioria hindu. Possuindo maioria hindu, o vigor dos movimentos anti-Índia definharia, ao passo que a administração do governo central indiano ganharia mais estabilidade (HIRO, 2015).

Neste ritmo, a situação foi, cada vez mais, se deteriorando e gerando novas convulsões sociais no vale da Caxemira. Protestos e greves faziam parte do cotidiano da região desde a independência, a população traçou coletivamente uma personalidade rebelde e contestatória. Entretanto, um grupo denominado Al Fatah surgiu como um novo ator importante na Caxemira, realizando atos de grande violência e repercussão dentro do Vale. As autoridades indianas acusavam o governo paquistanês de ter uma ligação direta com este grupo terrorista. Para os indianos, a inteligência paquistanesa apoiava secretamente as atividades destas organizações. Porém, o governo paquistanês declarou não estar envolvido com qualquer organização terrorista (SCHOFIELD, 2003).

No início de 1971, um avião comercial indiano que ia da Sringar para Nova Delhi, foi sequestrados por dois homens caxemires que eram politicamente envolvidos com grupos contrários à administração indiana. A aeronave foi levada à cidade paquistanesa de Lahore, onde os passageiros desembarcaram e o avião foi queimado. A repercussão do episódio entre a população paquistanesa, levou a marcha de uma multidão eufórica para o aeroporto de Lahore. Os sequestradores foram tratados como heróis pela população paquistanesa, esta reação positiva foi sustentada, fundamentalmente, pelo sentimento de revanche deixado pelo resultado da guerra de 1965. Assim, como o apoio geral da causa caxemire. O forte descontentamento da Índia com a maneira que os sequestradores foram tratados em solo paquistanês, levou as autoridades paquistanesa à prender os envolvidos. Após o controle da situação, o governo paquistanês acusou o sequestro de ser um plano orquestrado pela inteligência indiana, em resposta o governo indiano proíbe voos entre o Paquistão Ocidental e Oriental. A proibição deste tráfego aéreo seria uma maneira de enfraquecer os vínculos com entre as duas partes do Paquistão (SCHOFIELD 2003).

No mesmo ano de 1971, foram realizadas eleições, tanto no Paquistão Ocidental como no Oriental. Os resultados deram quase todos os assentos da Assembleia Legislativa do Paquistão Oriental para a Liga Awami, comandada por Sheikh Mujib-ur Rahman. Já na Assembleia Legislativa do Paquistão Ocidental, a maioria dos assentos foi para o partido socialista de Bhutto. O desfecho eleitoral na parte leste desagradou profundamente o Primeiro-Ministro paquistanês pois a Liga Awami possuía um viés separatista para o Paquistão do leste (HIRO, 2015).

Zulfikar Ali Bhutto considerou realizar um acordo, ao qual tentaria diminuir o controle da Liga Awami. Todavia, Rahman não reagiu bem as negociações de distribuição de cargos legislativos proposta por Bhutto e passou a inflamar greves e rebeliões pró-independência do Paquistão Oriental. O governo paquistanês reagiu de maneira violenta e repreensiva contra os protestos pois uma possível separação de seu território apenas diminuiria a força com um todo (SCHOFIELD, 2003).

O envio do exército paquistanês e a intensificação do conflito, gerou uma reação da Índia. Liderado por Indira Ghandi, o governo indiano projetou, no conflito onde futuramente se tornaria Bangladesh, uma grande oportunidade de multiplicar mais vantagens geopolíticas sobre o rival local. Além de propagandear internacionalmente que a visão indiana da rivalidade entre os dois países não era religiosa, visto que a maioria da população do Paquistão Oriental era muçulmana. Com a entrada decisiva do exército indiano, a guerra teve o fim 13 dias após o início, quando o exército paquistanês se rendeu

em Dacca. Como resultado da guerra, a Índia capturou 94,000 prisioneiros de guerra paquistaneses, além de ocupador cerca de cinco mil milhas quadradas do distrito de Sindh. Também foram recuperadas parcelas territoriais perdidas na escaramuça de Rann de Kutch (SCHOFIELD, 2003).

Foi acordado entre Indira Ghandi e Zulfikar Ali Bhutto, um encontro na cidade de Simla em junho de 1972, para de debater o curso das relações entre Índia e Paquistão pós-1971. Nas negociações do acordo, Indira Ghandi pretendia resolver de uma vez a questão da Caxemira, visto que a delegação indiana possui um considerável poder de barganha para atingir este objetivo. No entanto, as negociações não foram fáceis e fluidas como os indianos previam. Bhutto e a delegação paquistanesa resistiram arduamente às propostas de Ghandi .

Acabou que a resolução definitiva para Caxemira foi postergada, para uma reunião futura. Também foi decidido converter a linha de cessar-fogo da ONU em linha de controle. Mesmo com o adiamento da solidificação de um desfecho para Caxemira, ambos os países se comprometeram a respeitar a linha de controle estabelecida em Simla, além de procurar uma forma pacífica de resolver os problemas entre as duas nações (HIRO, 2015).

A independência de Bangladesh, conseqüentemente mais uma derrota dos paquistaneses, gerou à Índia uma grande euforia. A população indiana saiu às ruas com o fim da guerra de 1971, solenidades e festejos tomaram conta dos grandes centros do país. Foi projetada a imagem de grande líder em Indira Ghandi, os cidadãos indianos a viam como uma dirigente muito competente em suas decisões e que levaria o país a outro patamar no âmbito político regional.

No Paquistão, por outro lado, a derrota significou uma vasta humilhação. Não só porque Índia triunfou militarmente mais uma vez diante das forças militares paquistanesas, mas também porque o Paquistão perdeu metade de seu território e população com a secessão de Bangladesh. Também foi perdido a principal fonte de riqueza provida de exportação, que era a venda do tecido juta no Paquistão Oriental (SCHOFIELD, 2003).

De acordo com Dilip Hiro (2015), a derrota em 1971 e a secessão bengali provou que a religião não era um vínculo suficiente para unir dois povos tão diferentes cultural e linguisticamente, sob uma mesma administração política. Assim como, o ofuscamento do nacionalismo étnico sob a religião era um choque de realidade muito árduo para os defensores da anexação da Caxemira ao Paquistão.

## **BALANÇA DE PODER E ARMAS NUCLEARES**

### **2.1 Conceito e Importância da Balança de Poder**

O princípio da balança de poder tem sido um assunto essencial e de demasiada importância para os âmbitos práticos e teóricos do estudo da política internacional durante vários séculos. Além disso, norteou, com notável relevância, a conduta de um grande número de governos a respeito da tomada de decisões no tema da política internacional. Ademais, foi gerado um alicerce para esclarecimento de alguns padrões, muito presente nas relações internacionais. Para muitos analistas e estudiosos da área, a balança de poder ganha um destaque, em meio as outras teorias e princípios teóricos, por ser a linha de pensamento mais aceita em ser o princípio base da política internacional. Sempre foi polêmica, tanto em termos de seu poder de explicar o funcionamento do sistema internacional, quanto em termos de sua sabedoria e virtude moral como estratégia de política externa. A balança de poder é um conceito repleto de ambivalências, e mesmo assim, ter demonstrado tamanha longevidade e resiliência ao longo dos anos, mostra que serviu a uma finalidade importante ao se pensar nas relações internacionais. Este propósito surgiu no território europeu, em meados do século XVII, e mesmo que tenha passado por algumas mudanças, seu poder como imagem explica sua sobrevivência como peça central do sistema internacional pós-renascimento (SHEEHAN, 1996).

Ao se analisar diversas definições sobre o conceito da balança de poder e o qual seria sua essência real, nota-se o surgimento de algumas características recorrentes. Para Zinnes (1967) a balança de poder compreende uma particular distribuição de poder entre os Estados Nacionais inseridos no sistema internacional, em que nenhum estado isolado ou aliança existente detenha quantidade exorbitante de poder. Sendo assim, a balança de poder busca um equilíbrio que possa harmonizar a convivência dos Estados Nacionais. No entanto, para Morgenthau (2003) é improbo e difícil obter um equilíbrio perfeito de poder, então seria uma tentativa de aproximação do que seria um potencial equilíbrio.

Inserido no cenário internacional, a balança de poder é operacionalizada de maneira sistêmica, como um tipo de utensílio capaz de levar para os Estados uma concepção e discernimento de estabilidade. Porém, não se reduz a apenas esta finalidade vigente,

também se estende para o objetivo de igualar ou anular o poder de um Estado que se figure como uma ameaça para o status-quo de outro estado, também inserido neste mesmo contexto de anarquia internacional. A partir disso, é passível a percepção de um aumento de esforços na área militar, assim como uma a formação de alianças que visam atingir tais objetivos (FORTMANN; WIRTZ; PAUL, 2004).

É notável na balança de poder, a clara influência exercida nos objetivos que os Estados Nacionais estabelecem como elementares em sua agenda de política externa. Segundo Morgenthau (2003), o principal norte seguido pela escola de pensamento realista na política internacional é de interesse e busca pelo poder em sua plenitude, assim sendo isto um fator essencial de união entre sistema da balança de poder e realismo. Com a grande importância da busca infundável pelo poder, constata-se a pouca relevância dos valores morais neste processo de obtenção do poder pelos Estados Nacionais na balança de poder. Desta forma, ela se relaciona de maneira muito intensa com a escola de pensamento realista, que muitas vezes se torna sinônimo para essa teoria.

Com essa forte influência e associação com o realismo, fatores muito ligados a preceitos e normas, que são estabelecidas como um modelo que deve guiar as ações das pessoas, instituições e Estados na tomada de decisões, no intuito de preservar e advogar pela dignidade humana, perdem muito espaço e magnitude perante os Estados Nacionais quando estão realizando ações referentes ao cenário internacional. Pois no sistema internacional, a segurança dos estados não pode ser considerada como garantida ou assegurada, assim o Estado precisa tomar decisões que tentem garantir esta segurança da anarquia internacional, mesmo se decisões não tenham que seguir determinadas normas e princípios (WALTZ, 1979).

As interpretações da balança de poder apresentam uma gama de características muito variadas, ao mesmo tempo em que demonstram certo apoio em comum relacionada à definição do termo. Todavia, todas as interpretações deixam claro que o conceito de balança de poder detém um forte alibi no cenário internacional, um argumento que convence sobre sua importância no funcionamento sistêmico do cenário, figurando como um coeficiente relevante neste aspecto. Para Morgenthau (2003) a necessidade de equilíbrio de poder vem de aspirações particulares de cada Estado, sendo em cada caso, os Estados tentando mudar ou defender a permanência do status quo, levando-os a tomar decisões que levam à uma configuração de equilíbrio. Para Layne (2004), a anarquia do sistema internacional não se apresenta como um cenário de caos e desordem total, mas

sim está apoiada pelo fato de que não existe uma autoridade que controle o comportamento e conduta dos Estados inseridos nele. Portanto, os Estados devem atingir seus objetivos estabelecidos e garantir sua sobrevivência.

Segundo Claude (1962), qualquer Estado ou Bloco que venha a ser tornar poderoso e imponente no sistema internacional, os demais Estados devem reconhecer essa possível ascensão como uma ameaça a sua segurança, e devem responder tomando medidas equivalentes para melhorar sua situação no cenário internacional. Para Palmer e Perkins (1954), a constante mudança de alianças, associações e blocos dos Estados inseridos no cenário internacional, colabora para que nenhum país ou bloco se sobreponha de maneira a que ofusque e domine completamente os demais envolvidos.

Paul (2004) relata que a teoria do equilíbrio de poder se apoia no fato de que os Estados buscam sobreviver como entidades independentes, reafirmando também a importância da aquisição de poder. Sabendo que sem poder os Estados se tornam vulneráveis às vontades alheias e por isso a segurança e o poder não pode haver uma relação separada, pois estão fortemente relacionados.

Assim sendo, os mais variados autores e analistas classificam, das maneiras mais diversas, porém correlacionadas, a balança de poder e busca pelo equilíbrio como uma engrenagem substancial no sistema do cenário internacional. O empenho pelo equilíbrio de poder é caracterizado como uma estratégia vital em meio a uma região onde há um alto nível de competitividade entre dois ou mais países, como no Sul da Ásia, entre Índia e Paquistão e com a presença de fatores que distinguem e agravam a complexidade político-militar em determinados casos. Assim, há a disposição de fazer uma prevenção estratégica para que os Estados possam competir sem que haja um que se sobressaia e alcance a hegemonia total.

## **2.2 Formas de Equilíbrio de Poder**

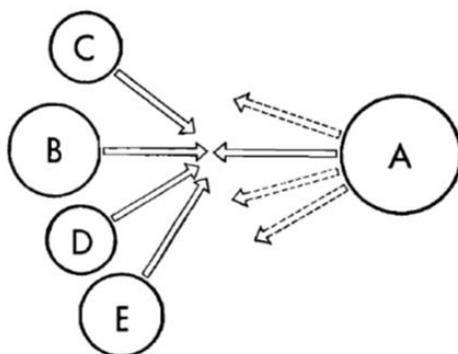
A Configuração presente no cenário internacional se expressa como cheia de desigualdades, onde Estados fortes exercem muita influência e poder sobre outros menores e menos capacitados em recursos de poder. Nações subalternas no âmbito de poder, temem pela sua segurança, que como o cenário está inserido em uma anarquia internacional, não possuem uma garantia de proteção de sua existência. Entretanto, a balança de poder, tendo como base o princípio da existência dos Estados independente de

seu tamanho ou influência, preza pelo direito da permanência da multiplicidade de atores que estão inseridos no cenário internacional, sendo esse direito de pluralidade de Estados, crucial para a balança de poder (PAUL, 2004).

Segundo Waltz (1979), os Estados de menor importância tendem a seguir um fluxo que se direciona para uma aliança de outros Estados também considerados menos e de pouca relevância, pois estando presente neste tipo de bloco, tendem a sentir-se mais apreciados e seguros contanto que a coalizão a qual se juntaram, tenha força defensiva ou dissuasiva suficiente para dissuadir o adversário de não realizar uma manobra ofensiva, considerando que geralmente é o lado mais forte que os ameaça. Desta maneira, as uniões de Estados formam um sistema onde o papel exercido por cada um dos atores é fundamental para as ações estratégicas dos outros.

A política de alianças apresentada por Morgenthau (2003) como um dos métodos de equilíbrio de poder demonstra uma disputa entre o Estado A e o Estado B. Pauta-se na existência de três possibilidades de escolhas capazes de guiar suas ações estratégicas, sendo elas: Aumentar o seu próprio poder, subtrair do adversário o poder de outras nações ou acrescentar ao seu próprio poder, o poder de outras nações, sendo a última opção um marco da criação de alianças em busca de uma finalidade em comum. Dependendo do nível de ameaça, é possível obter algumas variações dentro da ótica de alianças.

**Figura 2-** Ilustração da Política de Aliança



**Fonte:** MORGENTHAU (2003)

O equilíbrio de poder ilustrado na figura pode simbolizar também um tipo de dispositivo de segurança de uma aliança de nações que tenta manter a sua independência diante de um Estado que aspira uma dominação mundial. Ainda que tal objetivo não seja encontrado explicitamente através dos discursos, na medida em que o ator A adquire cada

vez mais poder e vantagens em relação aos outros Estados, ele se torna uma ameaça em potencial para os outros.

Morgenthau (2003) também relata o padrão da oposição direta, onde o Estado A aplica uma política imperialista mirando afetar o Estado B. Assim, o Estado B reage com uma política de manutenção de status quo ou uma política que objetive alterar o status quo do Estado A. Em consequência disto, inseria um terceiro ator ilustrado por C da qual o Estado B gostaria de exercer o domínio, ou seja, há uma oposição direta entre uma nação que deseja influenciar e exercer o seu poder em outra que se recusa ceder. A questão da Caxemira, na relação político-militar conflituosa entre Índia e Paquistão exemplificaria este tipo de relação. O padrão da competição também se relaciona com a situação ilustrada acima, sabendo que o poder de A seria necessário para dominar C, porém a política adotada por B neutraliza as ações de A por haver um poder equivalente ou superior. Logo, a nação C se posiciona entre as relações de poder de A e B.

Diante disso, o equilíbrio pode ser realizado de diversas formas, podendo ser executadas pelas mais diversas estratégias, sendo cada situação particular possuindo suas variantes. É essencial destacar os três conceitos característicos Apresentados por Paul (2004), inseridos no sistema de balança de poder, que descrevem as diferentes manifestações de equilíbrio de poder. Sendo eles *hard balancing*, *soft balancing* e *asymmetric balancing*.

*Hard balancing* se caracteriza como uma estratégia que frequentemente é observada em cenários de Estados que estão envolvidos diretamente numa rivalidade muito disputada. As estratégias normalmente se associam com o aumento de suas capacidades militares, geralmente com uma grande aquisição de armamentos, além de participar de alianças, que permitam que um Estado tenha a capacidade de reagir as ações dos atores rivais. O *soft balancing* envolve um equilíbrio subentendido, ou seja, com a ausência de alianças oficiais. Desta forma, se mostra como uma coligação não ofensiva, mesmo que objetive neutralizar um poder crescente ou uma ameaça em potencial de outro ator envolvido. Nesse momento, é possível que o Estado não seja um fator de risco imediato, mas pode ser uma ameaça crescente capaz de prejudicar o sistema internacional em tempos futuros, sendo pertinente algum tipo de balanceamento. O *asymmetric balancing* equilibra e contém ameaças diretas de atores que não são Estados, esse balanceamento poder se exemplificado pelo apoio do governo paquistanês a grupos terroristas que atual na Caxemira e outras partes do território indiano, figurando como uma estratégia para

abalar o estado da Índia, pelo uso de atores não-estatais (PAUL, 2004). Abaixo um tabelo ilustrando as principais características das manifestações de equilíbrio:

**Tabela 1** - Características das Manifestações de Equilíbrio

<b>Manifestações de equilíbrio</b>	<b>Características</b>
Hard Balacing	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Alto poder militar</li> <li>● Alianças formais</li> <li>● Rivalidade disputada ou ameaça iminente</li> </ul>
Soft Balancing	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Ausência de alianças formais</li> <li>● Objetivos Não ofensivos</li> <li>● Ameaça crescente não iminente</li> </ul>
Asymetric Balacing	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Participação de atores não estatais</li> </ul>

**Fonte:** Elaborado pelo autor.

### **2.3 Balança de Poder Pós Segunda Guerra Mundial**

Na década de 1950, existia uma forte corrente de pensamentos a qual afirmava que os mecanismos tradicionais da balança de poder tinham sido ofuscados e se tornado obsoletos pelo surgimento das armas nucleares e sua alta capacidade de destruição em massa. Ao mesmo tempo em que a inserção da tecnologia nuclear, simbolizaria um novo parâmetro regulador para anarquia internacional (SHEEHAN, 1996).

No entanto, indo de encontro a esta linha de pensamento, também surgiu uma linha de raciocínio na área da segurança internacional, que contestava a perda de importância dos mecanismos do sistema de balança de poder, ressaltando que este sistema ainda permanecia muito válido para o cenário da política internacional na época. Para Snyder (1965) a nova tecnologia militar colocou um fim no processo e funcionamento da balança de poder, mas sim modificou e inseriu novos fatores relevantes para processo. Para ele, o que realmente aconteceu após o fim da segunda guerra mundial foi sobreposição de um novo sistema de equilíbrio, a qual fundia a antiga balança de poder com o novo conceito de balança de terror.

Segundo Sheehan (1996), é comum afirmar que o final da primeira guerra mundial pôs fim à era da balança de poder tradicional e que o século 20 tem se apoiado em outras estratégias no sistema internacional, porém não é completamente verdade. O autor argumenta que o cenário internacional entre 1945 e 1990 foi marcado por uma perseguição e manutenção do equilíbrio entre a duas superpotências e seus respectivos

blocos. Para Mandeubaum (1981), a balança de poder é delineada pela condição do sistema internacional ao invés da composição, se apoia mais em conceitos comportamentais dos Estados inseridos, do que em termos formais. Sendo assim, o sistema desde de 1945 tem sido balanceado da mesma maneira que era antes do século 18, fundamentada na mesma condição de anarquia entre os agentes internacionais.

De fato, a inserção dos armamentos nucleares e da dinâmica nuclear foi um marco importantíssimo para a política internacional. Todavia, o desenvolvimento de ogivas nucleares não mudou a essência das relações internacionais. Mesmo com constante temor de destruição em massa proveniente das armas nucleares, a anarquia internacional persistiu. Dessa forma, mesmo com o fim da URSS e com a manutenção dos EUA como superpotência, não se desenvolveu um governo mundial baseado no Estado que possuísse mais armas nucleares como alguns analistas previram (SHEEHAN, 1996).

## **2.4 Dissuasão Nuclear e Balança de Poder**

A existência de armas nucleares influenciou fortemente, a maneira com qual as grandes potências se comportavam e agiam entre si. A aflição de uma possível destruição em massa causada por um ataque nuclear do rival, levou as superpotências a se encararem de uma maneira mais cautelosa e precavida, dando atenção em especial para assuntos que envolvessem conflito de interesses. As armas nucleares impeliram ambos os lados a sondar novas possibilidades de competição, sendo o controle de armas a principal delas. Desta forma, criou uma base no sistema de balança de poder para a doutrina da dissuasão (SHEEHAN, 1996).

A noção de dissuasão se resume a tentar influenciar o comportamento de algum indivíduo, para que ele mude de postura ou realize alguma ação planejada. Deste modo, não é um conceito novo para as relações internacionais. É uma estratégia comumente usada ao longo da história por agentes internacionais para conseguir atingir determinado objetivo que envolvesse a participação de outros estados. Entretanto, diferentemente da balança de poder antes das armas nucleares, a dissuasão nuclear não se pauta em usar a força física de exércitos. Se fundamenta em utilizar a obtenção de armas nucleares como uma maneira de convencer algum agente de desistir ou mudar de opinião.

Para Sheehan (1996), o conceito de dissuasão nuclear é extremamente complicado de implementar. Para operar devidamente, um grande número de elementos precisa ser

sucedido positivamente. O primeiro deles é a comunicação, que é um alicerce central na lógica na dissuasão, que se apoia na utilização de uma ameaça que precisa ser crível pelo Estado rival. Assim, é essencial que o adversário compreenda exatamente que ações são proibidas e quais serão as possíveis consequências caso a ameaça seja ignorada. Em Segundo, é essencial para o Estado possuir a capacidade de implementar a ameaça. No princípio do conceito, acreditava-se que para atingir essa capacidade bastava apenas possuir qualquer arma nuclear, já que nenhum Estado desafiaria outro que já possuísse armas. No entanto, essa noção foi perdendo credibilidade, à medida que a URSS se tornaria uma Estado nuclearmente armado.

Segundo Wohsletter (1959), o que realmente importava não era o número absoluto de armas nucleares a qual um Estado possuísse, mas sim à proporção que o Estado sobrevivesse à um repentino primeiro ataque, feito pelo rival. Seria o ataque lançado em resposta o que realmente causaria a dissuasão no Estado rival, já que inimigo teria que se preocupar com o que restasse, que seria usado em um ataque de retaliação. Apesar, era possível que o outro lado alcançasse o avanço tecnológico a qual ameaçasse esse ataque de retaliação, ao basear a dissuasão em uma tríade de três diferentes tecnologias. Sendo elas: bombardeiros tripulados, mísseis terrestres e bases de mísseis submarinos. Assim, o risco representado por este perigo pode ser reduzido à zero. É muito improvável que os três tipos de tecnologia fossem ameaçados por novos desenvolvimentos ao mesmo tempo.

A questão da credibilidade é um fator extremamente difícil para implementação da dissuasão nuclear. Para a dissuasão se tornar efetiva de fato, o Estado adversário não precisa só calcular, em caso de agressão, quando os custos superam os ganhos, mas estar convencido de que o estado rival irá implementar sua punição automaticamente. Assim, essa situação não é fácil de alcançar, sendo a ameaça quase inacreditável pois não é fácil de convencer o adversário de que iniciará uma cadeia de ações que poderá causar a morte de quase toda a sua população. Como não existe a possibilidade de realizar uma guerra nuclear de pequena escala, é possível provar a credibilidade se engajando em conflitos convencionais menores, porém seria uma prova de fato de que isto atravessaria o limite da guerra nuclear, já que as consequências deste tipo de conflito são bem diferentes (SHEEHAN, 1996).

A política de dissuasão foi criticada por um grande número de motivos. Entre eles, estavam o argumento de que ela gerava um desenvolvimento perigoso pois a dissuasão de baseava muito na ideia de evitar guerras e conflitos diretos por meio de ameaça de

punição de destruição em massa. Isto, em detrimento do princípio que tenta evitar a guerra por negociações pacíficas e diplomacia. Além de a dissuasão levar para uma mentalidade perigosa e muito nociva para humanidade entre os estrategistas militares. Pode ser observado na questão da Caxemira, que após a presença de armas nucleares na dinâmica do conflito, as relações políticas e militares entre Índia e Paquistão seguiu um caminho muito mais hostil (McGUIRE, 1986).

## **2.5 Contraste Entre Balança de Poder e Balança de Terror**

Para Snyder (1965), na comparação entre o sistema de balança de poder e balança de terror, deve ser levantado questões muito importantes relacionada a qual seria a natureza de poder e do equilíbrio em cada caso. Na teoria clássica da balança de poder, a ênfase estava no ato de tomar e manter determinado território ou porção de terras. O equilíbrio era alcançado quando cada lado envolvido possuísse capacidade militares equivalentes ou muito parecidas.

Bull (1977) aponta que a dinâmica da relação entre poder e equilíbrio da teórica clássica da balança de poder não necessariamente se aplica na balança nuclear. Em último caso, tudo o que espera nela é a capacidade de realizar um ataque em retaliação completamente devastador. Não necessariamente precisa buscar a igualdade entre as partes envolvidas. Os níveis de destruição em massa seriam tão grandes, que mesmo uma margem grande de diferença entre os dois Estados, na prática, não apresenta nenhuma relevância militar.

Os armamentos nucleares, por si só, não controlam, administram ou tomam novos territórios para um Estado que as possui. O processo de conquista de novos territórios ainda requer o exercício de poder e força através de tropas e exércitos convencionais. Entretanto, armas nucleares podem fazer uma grande contribuição à ao principal objetivo da conquista de novos territórios, através da eliminação das forças armadas do Estado inimigo, assim levando para o domínio total. Consequentemente, na questão da balança de terror, o que realmente está sendo balanceado e conduzido na dinâmica do equilíbrio é o poder político, não a capacidade militar por si só (SNYDER, 1965).

Ainda segundo Snyder (1965), uma das principais diferenças entre a balança de poder e a balança de terror é, no caso da balança de terror, há um envolvimento muito maior de um julgamento subjetivo, em comparação com a balança de poder clássica. O equilíbrio

é visto mais como o fator abstrato que está intrínseco na mente do Estado oponente, do que um objetivo relacionado à uma comparação de capacidades militares diretas. O pensamento da dissuasão está fortemente ligado à lógica de cálculo de custo-benefício das ações e seus julgamentos etéreos relacionados a este processo. O equilíbrio que está sendo buscado nesta dinâmica é o que apoia na capacidade de infligir um dano extraordinariamente elevado para o agente rival. Porém, é difícil prever o que realmente se configura como o dano o qual seria considerado inaceitável pela visão do Estado adversário, sobretudo as mudanças que podem ocorrer relacionadas a natureza e essência das questões em jogo.

Os Estados envolvidos na balança de dissuasão enfrentam o problema recorrente do etnocentrismo. Em algumas questões importantes, pode ser claro para eles como reagiriam em certas ocasiões, mas eles não têm como ter certeza de como o outro Estado envolvido reagiria se confrontado com a mesma situação. Exemplo disto está no ponto do que é realmente considerado como níveis de destruição inaceitáveis. Sob o ponto de vista do Estado envolvido, o que seria encarado como dano irreversível seria baseado em fatores, psicológicos principalmente, específicos para seu caso. Todavia, o critério para avaliar este tipo de fator possa ser completamente diferente para o Estado rival, seria virtualmente improvável prever este tipo de pensamento (SHEEHAN, 1996).

Desse modo, existe uma margem de erro considerável relacionada a subjetividade do equilíbrio na balança de poder. Pode haver um equilíbrio e ainda assim um lado pode temer que o outro lado tenha uma capacidade total de primeiro ataque. Todavia, para que ocorra a dissuasão, não é necessário estabelecer certeza absoluta na mente do inimigo de que a retaliação virá. Dada a natureza dessa retaliação, uma alta chance de que será iniciada uma cadeia de ações que conduza para este fim, será o necessário para dissuadir com sucesso (SHEEHAN, 1996).

Uma outra distinção entre essas duas abordagens diz respeito à relativa importância da dissuasão e defesa. Na balança de poder tradicional, as mesmas forças e capacidades desempenhavam ambas as funções, dissuasão era um resultado essencialmente secundário da capacidade de defesa bem sucedida. Ao contrário da versão tradicional da balança de poder, a dissuasão opera principalmente em termos de percepções e, particularmente, de intenções. No sistema de equilíbrio de poder, a guerra defensiva era o principal mecanismo de equilíbrio e a guerra era vista como totalmente apropriada se o equilíbrio por si só deixasse de agir como um impedimento. No caso da balança de terror,

por outro lado, os cálculos são diferentes. Dissuasão é tudo e é alcançada através da ameaça de punição máxima. Caso a ameaça venha a ser implementada, o resultado direto é uma guerra nuclear total, com consequências catastróficas para ambas as partes envolvidas. Os Estados possuem um forte incentivo para evitar as ações que possam levar a ameaças a serem executadas algum momento. Caso as armas nucleares sejam usadas, a dissuasão falhou completamente. Considerando que guerra no sistema da balança de poder era uma parte legítima e cabível em de todo o processo, na dissuasão nuclear ela é considerada uma catástrofe (SHEEHAN, 1996).

Segundo Herz (1960) o papel da guerra é demasiadamente relevante no contraste entre as duas abordagens. No sistema clássico da balança de poder, guerra ou ameaça de guerra era uma peça funcional, que possuía uma função central no uso pelos Estados para atingir seus objetivos e interesses. Já na era nuclear, todo poder militar a disposição era consideravelmente maior, sendo também, bem menos funcional pois não pode ser usado em conflitos com grandes adversários, sem que seja acionado um ataque retaliatório cataclísmico. Assim, a guerra nuclear derruba seu próprio propósito ao expor a nação à aniquilação, o que era defendido pelo uso da guerra anteriormente.

A mais controversa diferença entre a balança de poder e a balança de terror está relacionada a essência estratégica das ações tomadas no contexto de cada sistema. Para McGuire (1986), a balança de poder tradicional, baseava-se em conceitos do século 18 que não eram majoritariamente afetados por ideologia e nacionalismo. Estados que pediam batalhas e eram derrotados politicamente, se incorporavam rapidamente ao sistema de maneira efetiva. A guerra em si era limitada, e em grande medida, seus efeitos era limitados a exércitos de aleta. Se comparado com os séculos sucessores, e com o período napoleônico, o século 18 era caracterizado por pequenas guerras travas em condições restritas visando objetivos limitados. Já a balança de terror contém um moral muito divergente e também um cenário político muito diferente. A dissuasão nuclear necessita de que estados considerados civilizados, ameçam contundentemente um ato de extrema crueldade que é notadamente encaixado como o pior crime da humanidade. Levando estrategistas militares a usar termos como “danos colaterais” para se referir a genocídios.

## **DINÂMICA NUCLEAR INDO-PAQUISTANESA NA CAXEMIRA**

### **3.1 - Inserção de Armas Nucleares na Relação Indo-Paquistanesa**

A aquisição de armas nucleares tanto por Índia quanto por Paquistão, criou um clima de propício à uma guerra nuclear regional, entre os Estados envolvidos, com uma grande possibilidade de gerar consequências catastróficas para o sul do continente asiático. No entanto, é muito difundido entre a comunidade acadêmica da segurança internacional, a ideia de que armas nucleares agem como um fator que previne conflitos armados diretos entre os envolvidos, devido à efeito gerado pela dissuasão nuclear e os riscos inaceitáveis de um enfrentamento efetivo entre os protagonistas. Já no caso da Índia e do Paquistão, a nuclearização demonstrou ter um efeito contrário ao que é normalmente esperado para este tipo de fenômeno, pois desde que ambos os países se declararam nuclearmente armados, a frequência de crises políticas e militares entre eles aumentaram consideravelmente.

Desta forma, este capítulo busca analisar fatores que influenciam e determinam as estratégias políticas e nucleares de Índia e Paquistão, assim como o processo de nuclearização das partes influenciou o curso da relação indo-paquistanesa da questão da Caxemira.

### **3.2 – Paquistão e as Armas Nucleares**

O contexto estratégico é o conflito persistente entre Paquistão e Índia que decorre da partição do subcontinente indiano e da maneira como o Paquistão passou a existir. Desde o início, a elite paquistanesa estava em um estado de insegurança pois estava convencida de que a Índia não se contentou com a divisão do subcontinente, após a independência do Raj Britânico, e buscaria reunir os países na próxima oportunidade que surgisse, usando força militar, se necessário. Na verdade, existiu uma ideia bem difundida entre a elite política da Índia de que a existência do Paquistão era um fenômeno temporário, uma crença que não se limitava apenas à Índia, este sentimento forte de ameaça e insegurança foi exacerbado por outras disputas entre os dois Estados. A mais importante delas veio a ser a questão do disputas onde algumas áreas muçulmanas foram ocupadas pela Índia, as mais importantes desses casos sendo a Caxemira, que continua a

ser uma fonte primordial de conflito entre a Índia e o Paquistão. A atitude e o comportamento da Índia em relação a essas questões complexas e conflituosas com o Paquistão, foram percebidas como uma forma pertinente e efetiva de enfraquecer o Paquistão e, eventualmente, acabar com o Paquistão como um país independente (SCHOFIELD, 2003).

Para Hiro (2015), as inseguranças percebidas e o conflito duradouro com a Índia definiram um gama de interesses essenciais de segurança, todos centrados no relacionamento com a Índia. Ofuscando as percepções dos líderes paquistaneses estava o desequilíbrio nas forças convencionais, e o medo de que a Índia possa tentar desfazer a divisão de o subcontinente, e estabelecer uma nova configuração. Esses medos foram exacerbados pelos dilemas geográficos e a falta de profundidade estratégica em comparação com o vasto território indiano.

Os líderes paquistaneses estavam fixados na urgente necessidade de equilibrar a balança de poder com a Índia política e militarmente, além de objetivarem negar e contestar a reivindicação da Índia de status de grande potência regional e se estabelecer como concorrente direta no sul do continente asiático. Ao mesmo tempo, o Paquistão estava determinado a desafiar a Índia sobre iniquidades da partição e, em particular, a questão da Caxemira. Dado o péssimo estado da economia e a grave falta de recursos econômicos e militares, o Paquistão olhou para os Estados Unidos para fornecer armas e ajuda financeira. Embora os Estados Unidos desejassem vincular o Paquistão ao lado ocidental da Guerra Fria, os líderes dos EUA estavam preocupados com o apoio militar pois o Paquistão não seria usado para fortalecer a aliança ocidental contra o União Soviética, mas sim fornecer os meios para o Paquistão prosseguir em seu conflito com a Índia. Assim, os EUA exerceram considerável restrição ao fornecer capacidades militares. A percepção da falta de apoio de Washington persuadiu os líderes paquistaneses a se voltem para a China como alternativa. A lição de que os líderes paquistaneses se inspiraram na experiência da Segunda Guerra Mundial e no início do período da Guerra Fria em que Europa dizia que as guerras modernas seriam guerras totais, e que o Paquistão precisava de armas nucleares para deter a Índia (SCHOFIELD, 2003).

Segundo Bluth e Mumtaz (2020) O Paquistão adquiriu a capacidade de produzir ogivas atômicas na década de 1980, embora a data precisa da capacidade de operação inicial permaneça desconhecida. O renomado cientista paquistanês A.Q.Khan, afirmou em uma entrevista publicada em maio de 1998 que o Paquistão alcançou a capacidade de

detonar um dispositivo nuclear até o final de 1984. A.Q.Khan também afirmou que o Paquistão começou com o enriquecimento de urânio em 1978 e produziu urânio altamente enriquecido (HEU) em 1983. Em junho de 1998, políticos anônimos do Paquistão disseram a um comitê parlamentar canadense que o Paquistão havia "atingido o limiar nuclear" em 1984-85. Os dispositivos nucleares são armas de fissão que usam um design de implosão chinês com um núcleo de urânio altamente enriquecido (UAE). Cada ogiva requer 15-20 kg de urânio altamente enriquecido. Estimativas do estoque de armas do Paquistão a céu aberto varia entre 100-130 dispositivos. Em resposta ao sistema nuclear indiano que realizou testes em 1998, o Paquistão testou seis dispositivos entre 28 e 30 de maio de 1998 com rendimentos entre 10 e 5 quilotons (de acordo com dados sísmicos). A capacidade de produção de UAE é estimado em 100 kg anualmente, embora as estimativas afirmem que aumentou para 180kg por ano. É provável que cada ogiva exija 15-20 kg de UAE, então este é material fissionável suficiente para pelo menos 5 e até 12 ogivas por ano. Embora os detalhes sejam confidenciais, os especialistas acreditam que o Paquistão está expandindo sua capacidade de enriquecimento de urânio. Várias instalações de enriquecimento foram instaladas em Golra, Sihala e Gadwal para adicionar a Kahuta. A expansão das instalações de conversão de urânio, foram identificadas em imagens de satélite em Dera Ghazi Khan em 2009. Esta expansão da produção de matéria-prima de hexafluoreto de urânio é supostamente projetado para aumentar a produção de óxido de urânio para a fabricação de combustível de urânio natural para reatores em Khushab (BLUTH e MUMTAZ, 2020).

Ainda de acordo com Bluth e Mumtaz (2020) a doutrina estratégica do Paquistão não foi formalmente declarada, mas há pistas importantes em declarações públicas. A postura de força é baseada no princípio da “dissuasão mínima credível”. Armas nucleares combinadas com a força convencional do Paquistão tem o objetivo de impedir qualquer tipo de ação vindo de uma agressão externa. Uma das primeiras declarações públicas sobre a política nuclear paquistanesa foi um discurso do então ministro das relações exteriores Abdul Sattar, na conferência internacional de não proliferação em 18 de junho de 2001. Ele enfatizou que a política do Paquistão seria baseada da dissuasão nuclear mínima, embora não tenha explicado o que seria considerado mínimo para sua concepção, também foi dito que o Paquistão não entraria em uma corrida armamentista estratégica com a Índia. Sattar prometeu que o Paquistão continuaria a apoiar os regimes internacionais de controle de armas que não eram discriminatórios. O Paquistão busca

deter ataques a seus ativos estratégicos, protegendo-os da melhor maneira possível e ameaçando retaliação nuclear caso necessário. Em particular, as autoridades paquistanesas assinalaram que sua postura nuclear é projetada para preservar a integridade territorial do Paquistão contra um ataque da Índia, prevenir uma possível escalada militar e equilibrar a superioridade convencional na balança de poder. Isso define os quatro elementos principais da doutrina nuclear articulada pelos altos líderes militares do Paquistão. A primeira é que a dissuasão nuclear paquistanesa é dirigida a Índia, a segunda é que a cerne da doutrina é o conceito de credibilidade da dissuasão mínima. A terceira é aquela no contexto de uma ameaça dinâmica, nela os requisitos para aplicação da dissuasão mínima não é fixa mas sim sujeita a particularidade da ameaça. A quarta é que o Paquistão se reserva o direito de primeiro uso nuclear em uma situação extrema, em vista do desequilíbrio convencional em relação à Índia. Paquistão tem uma política de não primeiro uso contra países não nucleares, no entanto, deixou aberto a possibilidade de um primeiro ataque contra um agressor com armas nucleares.

Em suma, a política nuclear paquistanesa, assim como grande parte da política militar, está centrado na Índia. Como ressaltado por Morgenthau (2003), a ganância de poder varia de acordo com as necessidades de cada Estado, sendo em cada situação, os Estados tentam manter ou combater o status quo presente. No caso do Paquistão, tenta mudar a configuração política da balança de poder regional do sul da Ásia, que é claramente favorável aos indianos, utilizando as armas nucleares como o motor desta mudança.

### **3.3 Índia e Armas Nucleares**

Para (Khan, 2007) a Política de armas nucleares da Índia e o discurso estratégico que o cerca é complexo e desafia os preceitos comuns sobre os motores da proliferação nuclear. Foi a decisão do governo indiano de Atal Behari Vajpayee para testar uma arma nuclear e, assim, tornar a Índia e o Paquistão, Países nuclearmente armados declarados oficialmente. Desta maneira, transformando a configuração estratégica do continente asiático. Aparentemente, parece óbvio que o conflito persistente com o Paquistão é o principal fator de motivação do programa nuclear indiano, juntamente com a necessidade de impedir o conflito com a República Popular da China. No entanto, a história do programa nuclear indiano é demasiadamente complexa e muitos outros aspectos,

relacionados ao ambiente de segurança regional não tem sido o principal motivo para elaboração deste programa.

Ainda segundo Khan (2007), a competição nuclear entre Índia e o Paquistão tem sido completamente assimétrica, pois o programa nuclear paquistanês foi impulsionado fortemente por fatores regionais, dando uma faceta diferente para ele. Os principais fatores que obrigaram a Índia a desenvolver uma capacidade nuclear surgiu da base cultural e ideológica que definiu o senso de identidade nacional e a percepção da posição indiana no sistema internacional regional e global, após a descolonização. As principais características da mentalidade que guiou Nehru e seus sucessores foram os ensinamentos de Ghandi sobre paz e coexistência, a luta da Índia pela liberdade, tolerância, igualdade e liberdade. Desta maneira, dá origem a uma visão pacifista da Índia como uma grande potência, desempenhando um papel de liderança no movimento não alinhado e oposto a corrida armamentista e os esforços para criar equilíbrios de poder. Nehru se destacou como uma grande força promovendo a difusão das tensões globais e a ameaça de armas nucleares. No entanto, a percepção de que, por causa de sua história e cultura, a Índia tinha como legado ser uma importante potência, deu sustentação para perpetuação de sua hegemonia regional. A busca da tecnologia nuclear foi central em sua estratégia para desenvolver sua economia, e ganhar status intencionalmente, assim mostrou que a Índia era capaz de buscar as tecnologias mais avançadas. Embora na fase inicial, a ênfase tivesse sido na energia nuclear para fins civis, o programa nuclear tinha um viés militar desde o princípio.

A dicotomia fundamental entre os valores defendidos e promovidos pela Índia e sua busca por tecnologia nuclear se manifestou claramente no discurso público estratégico da Índia, especialmente entre 1968 em diante, no contexto do tratado de não proliferação de armas nucleares. A política indiana de relações exteriores e no âmbito da segurança, estava arquitetada e projetada para realizar um novo balanceamento no sistema internacional e aumentar o seu próprio status, através da aquisição de novos armamentos nucleares. Isto, resultou em um paradoxo para a Índia, que por um lado promovia o desarmamento nuclear para todos os países no sistema internacional, e no outro, se opunha aos esforços multilaterais que objetivavam controlar e diminuir a posse de armamentos nucleares pelos Estados. A política declarada no final da década 1980, tinha dois principais elementos: Primeiro, a Índia não continuaria a criar mais armas nucleares e diversificar seu arsenal; segundo, a Índia não assinaria o acordo de não proliferação de

armas nucleares ao menos que existisse uma organização desarmamento mais justo para os países, a política declarada continha uma contradição fundamental da postura indiana (KHAN, 2007).

Embora a Índia não tinha se tornado um Estado com armas nucleares declaradas naquele momento, a “Explosão Nuclear Pacífica” em 1974, deixou claro que o país possuía uma capacidade notória de armas nucleares. Como a tecnologia para dispositivos militares e não militares era a mesma, e com o não ganho de força no conceito de energia nuclear para fins civis, com a justificativa de que era considerado impraticável. A posição da Índia em relação aos regimes de controle desafiara os esforços internacionais para limitar a disseminação de armas nucleares, ao invés de promover o desarmamento nuclear. O efeito geral dessas políticas era isolar a Índia da comunidade internacional e abaixar sua posição e influência, precisamente o oposto do que foi pretendido. A importância do ambiente de segurança externa era estranhamente ausente no discurso estratégico propagados pelos indianos (HIRO, 2015).

Ainda segundo Hiro (2015) Quando o primeiro-ministro paquistanês anunciou, após a derrota na Guerra de 1971 que resultou na criação de Bangladesh, que o Paquistão iria desenvolver armas nucleares a qualquer custo, independente da situação de seu povo. Esta declaração foi recebida com repulsa pela Índia, que de acordo com sua perspectiva e análise da situação, uma bomba paquistanesa estava muito longe de se concretizar, e só se tornaria realidade caso as grandes potências permitissem o Paquistão se tornar uma potência nuclear. A atitude em relação ao Paquistão foi uma mistura de desprezo e desconfiança, sendo assim os Estados Unidos se tornaram o foco da diplomacia nuclear indiana. Relacionada à China, as autoridades indianas não perceberam o país como uma séria ameaça, visto que as preocupações com a segurança da China eram dirigidas à União Soviética e aos Estados Unidos. Outro paradoxo no discurso nuclear da Índia era sua excessiva preocupação com a questão nuclear no âmbito global, embora as possíveis ameaças que a Índia poderia enfrentar eram apenas regionais. Em consequência, o discurso indiano sobre armas nucleares era amplamente disfuncional, pois não lidava com as ameaças de segurança emergentes, enquanto se envolviam conflitos diretos contra os tratados e regimes de não proliferação de armas nucleares, que apenas descreditava a Índia como uma defensora mundial da paz e desarmamento.

Um das críticas frequentes à política nuclear do governo indiano era de que a Índia carece de uma doutrina nuclear evidente, e que, portanto, sua política nuclear como

um todo, não estava clara. Obviamente, não foi possível para a Índia enunciar uma doutrina nuclear enquanto estava em um estado de ambiguidade nuclear, negando que tinha armas nucleares, e ao mesmo tempo, mantendo um notório programa nuclear. Mesmo após a Índia se declarar, abertamente, um estado possuidor de armas nucleares, foram necessários cinco anos até a Índia formalizar sua doutrina nuclear e sua estrutura de comando nuclear (SCHOFIELD, 2003).

As primeiras declarações sobre os elementos mais significativos da doutrina nuclear após os testes nucleares feito pelo o país, incorporou os mesmos objetivos contraditórios que caracterizaram a política nuclear até este ponto. Para reforçar suas credenciais como um membro responsável da comunidade internacional, na vanguarda da promoção da paz internacional, a Índia declarou uma política de não-primeiro uso de armas nucleares e também deu a garantia de que nunca iria usar as armas nucleares contra um estado não nuclear. O governo indiano, além disso, enfatizou seu compromisso para promover a meta do desarmamento nuclear universal. Nas discussões de alto nível com o governo dos EUA, Índia declarou uma moratória unilateral aos testes nucleares. No entanto, a pressão política sobre a Índia tornou-se mais intensa, como os EUA sugeriram que a Índia deveria declarar uma moratória na produção de material físsil, aumentar sua exportação nuclear sistema de controle e também se envolver em discussões de segurança com Paquistão. Não estava claro como a política nuclear da Índia se relacionava especificamente ao conflito persistente com o Paquistão, que também era armado com armas nucleares. Mais uma vez a dinâmica da segurança regional não foi um elemento definidor da política nuclear da Índia. Da Índia a posição internacional global era a preocupação principal. Mas isso era uma questão problemática, porque significava que nada era feito para resolver a situação em que as armas nucleares poderiam vir a desempenhar um papel na segurança nacional, ou para esclarecer a relação nuclear entre a Índia e o Paquistão. Em 1998, ano em que ocorreu um teste nuclear o qual alarmou as autoridades internacionais, um Conselho de Segurança Nacional foi estabelecido pelo governo indiano composto por funcionários públicos, especialistas não governamentais, jornalistas e militares aposentados. Apresentou um projeto de doutrina nuclear para o então conselheiro de segurança nacional Brajesh Mishra que se conformou estreitamente com a política nuclear publicada por Mishra em agosto 1999. Este projeto não foi formalmente adotado pelas autoridades indianas como política e gerou consideráveis controvérsia políticas para Índia. Simulou alguns aspectos da Política nuclear americana,

com plano operacional integrado para uso nuclear e uma tríade de mísseis terrestres, aeronaves com capacidade nuclear e veículos de lançamento nuclear baseados no mar. Pareceu uma proposta ambiciosa para uma postura da força nuclear substancial, que era difícil de conciliar com uma dissuasão mínima e poderia precipitar uma corrida nuclear no sul da Ásia. Os críticos alegaram que a doutrina nuclear estava próxima das opiniões defendidas pelo BJP e foi projetado para melhorar as perspectivas eleitorais do partido, em vez do que servir às necessidades de segurança nacional da Índia (BLUTH e MUMTAZ, 2020).

A crise de Kargil em 1999, mudou a configuração da situação política e nuclear no sul da Ásia. Segundo Jacob (2019) as forças indianas descobriram a presença de forças do exército regular paquistanês do lado indiano da linha de controle (LOC) nas montanhas da Caxemira. Por cerca de dois meses, forças armadas indianas se emgajaram em conflitos diretos com unidades paquistanesas, incluindo ataques aéreos a seus esconderijos no alto das montanhas, mas as forças indianas não cruzaram a linha de controle para o território do Paquistão. Tanques e pesados artilharia foram usadas para um contra-ataque no Rajastão. Este foi um conflito sério que resultou em a morte de mais de 1.000 soldados paquistaneses e indianos.

Para Bluth e Mumtaz (2020) A situação em Kargil forneceu pistas importantes sobre o Paquistão e comportamento de crise na Índia. As informações disponíveis indicam que o Paquistão estava convencido de que ele ou seus aliados poderiam lançar um ataque convencional limitado contra a Índia sem o risco de retaliação convencional em grande escala devido a perspectiva de que a situação poderia ficar fora de controle, caso envolvem o uso de armas nucleares. Embora houvesse claramente alguma restrição do lado indiano, que não enviou tropas para o território do Paquistão, o Paquistão, no entanto, não conseguiu atingir seus objetivos e foram aplicadas condenações internacionais, além de fortes perdas e graves repercussões internas. Além disso, a crise repercutiu em uma maior confiança nos comandantes indianos de que a ameaça paquistanesa era um blefe. As autoridades da política indiana concluíram que, dada a assimetria estratégica favorecendo a Índia, eles poderiam se envolver em um limitado à guerra convencional com a Índia para acabar com as provocações do Paquistão na Caxemira. A Índia adotou uma estratégia de compatibilidade convencional contra o irredentismo paquistanês, o oposto do que as autoridades militares paquistanesas esperavam. O ponto principal dela foi que, o comportamento de crise durante o período

nuclear pareceu demonstrar a fraqueza e falta de credibilidade dos planos dos planejadores militares paquistaneses sobre a eficácia de sua ameaça. Mais importante, forçou analistas e estrategistas militares indianos à abordar a questão de contingências específicas em um conflito militar com o Paquistão na formulação da política nuclear. Em Janeiro de 2003, a Índia finalmente declara os elementos básicos de sua doutrina de defesa nuclear. Sendo os principais: conceito de dissuasão credível mínima, o não uso primeiro de armas nuclear, não uso contra Estados não armados nuclearmente e o controle rígido da tecnologia militar.

Em síntese, as aspirações que guiam e orientam os moldes da política nuclear da Índia vão muito mais além das paquistanesas, no sentido de não se limitar à balança de poder regional e apresentar certos dilemas. Como explicado por Waltz (1972), em determinadas situações, Estados inseridos na anarquia internacional, tem que tomar decisões que vão de encontro à certas norma e princípios. Mesmo com a Índia defendendo e propagando ideais de paz, o próprio Estado toma decisões militares e nucleares que contradizem estas normas defendidas. Assim, colocando a Índia numa posição mais hermética nuclearmente do que o Paquistão, visto os impasses morais e a preocupação de sua posição como potência.

### **3.4 Crise da Caxemira em 1990**

Uma revolta regional que começou após os resultados das eleições legislativas estaduais de 1987, alguns cujos resultados foram contestados, escalaram para uma importante crise entre Índia e Paquistão, a medida que os insurgentes foram encorajados e apoiados militarmente pelo Paquistão. A Frente Unida Muçulmana (FUM), cujo candidato Mohammad Yousuf Shah, perdeu a eleição para Farooq Abdullah, acusado de fraude eleitoral. Shah também foi preso, e mais tarde, tornou-se o chefe do grupo militante Hizb-ul-Mujahedin, sob o nome de Sayed Salahuddin. Várias revoltas ganharam impulso, ao passo que o grupo Frente da Libertação de Jammu e Caxemira (FLJC) recrutava jovens da Caxemira insatisfeitos com a situação, bem como também absorvia membros da Frente Unida Muçulmana. Manifestações Anti Índia foram confrontadas pela polícia indiana, como uma medida das autoridades do país de silenciarem as manifestações. O fim da ocupação soviética no Afeganistão resultou em um fluxo de combatentes e equipamentos militares para a Caxemira, com o Paquistão fornecendo armas e treinamento para os militantes, desta forma, apoiando diretamente a insurgência. Esta revolta não foi nem um

pouco unificada ideologicamente, pois compreendia grupos e indivíduos que eram apoiadores do Paquistão, assim como englobava outros grupos que lutavam pela Caxemira independente. Em 20 de janeiro de 1990, em uma repressão indiana contra os protestos, tropas da Índia dispararam contra um grande grupo de manifestantes desarmados, resultando em cerca de 100 mortes. Este incidente amargurou a população contra o domínio indiano e deu mais ímpeto para as insurgências. O aumento da violência no vale da Caxemira, criou profundos tremores entra a comunidade Hindu, que resultou em um grande número de pessoas fugindo do vale. Cerca de 200 mil soldados indianos foram movidos para Caxemira (Hiro, 2015).

Para Schofield (2003), Conforme o conflito se intensificou, o governo do Paquistão liderado por Benazir Bhutto abertamente posicionou-se ao lado dos insurgentes da Caxemira. Em 1989 General Aslam Beg organizou um exercício militar em grande escala ao longo das linhas dos Brasstacks indianos projetado para testar novas táticas militares. As manobras feitas pelo Paquistão criaram uma suspeita do lado indiano, que aumentou quando nem todas as unidades retornaram às posições em tempo de paz após o final do exercício, levando os planejadores militares indianos a acreditar que eles foram enviados para apoiar o levante na Caxemira. O lado do Paquistão também estava ciente de que várias unidades de tanques indianos permaneceram no deserto do Rajastão. De acordo com o Chefe do Exército General Beg, Troika de liderança do Paquistão (o presidente, o primeiro-ministro e o Chefe do Exército) decidiu em 20 de janeiro de 1990 a carregar o F-16 com armas nucleares em um processo projetado para permitir que a inteligência dos EUA observe o movimento de armas nucleares. De acordo com Beg, o objetivo era dissuadir os indianos. Além de sustentar o apoio do Paquistão para a insurgência da Caxemira e dissuadir um ataque convencional indiano, essas ações também foram motivadas pela crença em uma conspiração Índia-Israel envolvendo a participação americana, para atacar a instalação nuclear de Kahuta. Os eventos que se desenrolam no Sul da Ásia evidentemente deram origem a sérias preocupações em Washington, fazendo o presidente George H.W. Bush enviar Robert Gates, o conselheiro Adjunto de Segurança Nacional na época, para o Paquistão. Esta foi a primeira vez que os Estados Unidos interviu diplomaticamente em uma crise entre a Índia e Paquistão.

Esses supostos relatórios de inteligência relacionados a esta conspiração índia-Israel para bombardear a rede nuclear paquistanesa, não foram comprovadas, mas eram a base para o General Beg enviar um forte sinal nuclear para a Índia. O fato de que Beg

acreditava que a Índia e Israel não podiam executar tal plano sem consentimento dos Estados Unidos explica por que eles conduziram os preparativos nucleares em vista dos satélites dos EUA, a fim de envolver os EUA. Até que ponto a ameaça nuclear foi transportado para a Índia ainda não está claro. Há evidências que a Índia considerou que o Paquistão havia adquirido uma real capacidade nuclear que precisa ser levada em consideração quando considerando a ação militar. Do ponto de vista técnico, isso era duvidoso pois o Paquistão possuía apenas um dispositivo com base em vários testes, por isso não estava claro se realmente funcionaria. O ministro das Relações Exteriores do Paquistão foi para Índia e transmitiu o que pode ter sido uma ameaça nuclear velada. Os relatos sobre isso diferem, o ministro das Relações Exteriores Yaqub Khan negou que ele comunicou uma ameaça nuclear ou qualquer ameaça, em contradição com as alegações do General Beg. Feroz Khan argumenta que o governo do Paquistão comunicou uma ameaça nuclear, e que Yaqub Khan, pode ter transmitido isso sem a intenção de fazê-lo. Em qualquer caso, General Beg confirmou que o envio de um sinal nuclear para a Índia foi política do governo. Isto teve o efeito de obter uma intervenção diplomática dos Estados Unidos. Isso também claramente estava previsto nos cálculos indianos e contribuiu para uma desaceleração da crise. O que é notável que uma capacidade nuclear que ainda não existia foi usada para impedir um ameaça (um ataque a instalação nuclear do Paquistão) que também não existe (BLUTH e MUMTAZ, 2020).

Ainda segundo Bluth e Mumtaz (2020), A crise da Caxemira de 1990 é o primeiro exemplo de como se pode entender a aplicação da teoria da transformação de conflito aos estados nucleares. Nessa teoria é ressaltado que estados nucleares não vão mais à guerra entre si e os o conflito se manifesta em crises. As tensões no conflito direto vão perdendo força e as crises nunca chegam a um ponto onde eles induzem uma resolução do conflito. Confrontos diretos continuam a ocorrer e assumem a forma de ataques de proxy, terrorismo e insurgências, que foi um elemento-chave no Crises de 1990. Estas são estratégias perseguidas pelos estados mais fracos, insatisfeitos com o status quo. Sendo esta crise provocada a fim de fazer avançar o Paquistão na resolução de objetivos estratégicos. Esta crise, em particular, prenunciava elementos que se manifestaram em crises posteriores. Estes incluem o esforço para concentrar forças armadas convencionais na região local do conflito, a ameaça nuclear e o uso de agentes proxy. Também mostrou evidências de uma crença que o uso de uma ameaça nuclear poderia ser usado para

internacionalizar a crise para resolvê-la em favor do Paquistão por intervenção das grandes potências

### 3.5 CONCLUSÃO

Este estudo possibilitou uma análise da dinâmica da estratégia de confronto entre Paquistão e Índia. É um estudo que leva em consideração questões muito importantes no debate sobre o papel de armas nucleares na segurança internacional, como o problema e riscos de proliferação nuclear, dissuasão nuclear e seu papel e impacto em um conflito persistente com a questão da Caxemira. A proliferação nuclear está preocupada com a ameaça potencial para a segurança global. Embora esta seja uma questão importante em relação a Sul da Ásia, este estudo não se concentrou neste aspecto particular, mas sim nas implicações de segurança regional, enfaticamente na questão da Caxemira, da aquisição e desenvolvimento de arsenais nucleares por Paquistão e Índia. Do ponto de vista acadêmico, este caso é demasiadamente interessante porque parece ter desafiado o consenso e a comunidade de estudiosos das relações internacionais, de que as armas nucleares têm um efeito estabilizador e de prevenção de guerra na medida em que Estados nucleares não entram em guerra entre si. Em outras palavras parecia, a princípio, que a introdução de armas nucleares no conflito da Caxemira e nas relações Indo-Paquistanesas aumentaria em vez de reduzir o risco de conflito militar. Isso levantou a séria questão de se havia uma perspectiva real de armas nucleares sendo usado em combate.

O objetivo geral da pesquisa era reexaminar criticamente as políticas estratégicas nucleares da Índia e Paquistão a partir da perspectiva de estudos estratégicos para avaliar as características do confronto entre a Índia e o Paquistão, a estabilidade da dissuasão nuclear e o impacto da nuclearização no conflito da Caxemira. A análise das políticas estratégica nucleares e das forças convencionais de ambos os países, nota-se um resultado surpreendente. Enquanto o Paquistão está envolvido em um esforço sustentado para igualar as capacidades militares da Índia e desenvolver elementos de superioridade local, a política militar indiana não pode ser explicada com base neste tipo de modelo. A Índia está envolvida na modernização militar em grande escala que não é informada ou dirigida contra um determinado adversário. A Índia não está planejando uma grande guerra com o Paquistão, e suas principais forças são implantadas longe de um potencial cenário de operações. Os dados sugerem que existe uma assimétrica corrida armamentista, com o Paquistão se esforçando para desenvolver forças que possam

representar um sério desafio para a Índia, mas o equilíbrio de forças no geral permanece a favor da Índia devido aos recursos e capacidades, incluindo o tamanho do país, a população, o tamanho da economia e, portanto, os recursos militares que podem ser desenvolvidos. Uma similar assimetria pode ser observada no nível nuclear. Índia foca em desenvolver gradualmente e lentamente uma estratégia em grande escala de capacidade, envolvendo uma tríade de aeronaves de ataque, médio e mísseis balísticos de longa duração e submarinos lançadores de mísseis. A postura de força estratégica da Índia não é especificamente desenvolvida para se opor à do Paquistão, o Paquistão está engajado em um esforço para adquirir à médio e longo prazo, uma frota de mísseis balísticos usando armamentos da Coreia do Norte e tecnologia chinesa projetada para fornecer um ataque de capacidade significativa contra centros populacionais indianos, além de um sistema de curto alcance para uso tático. É uma corrida armamentista assimétrica, em que o Paquistão está envolvido em um esforço visando competir com a Índia, enquanto a Índia não está competindo de forma alguma. No entanto, as restrições de recursos que o Paquistão enfrenta significa que não há perspectiva de o Paquistão igualar ou adquirir uma superioridade convencional significativa sobre a Índia.

As posturas nucleares e doutrinas associadas refletem a assimetria das percepções da situação estratégica e os objetivos de ambos os lados. A força nuclear da Índia tem o objetivo de impedir o uso de armas nucleares por outros estados com a ameaça de retaliação maciça. A Índia está comprometida com uma política de não primeiro uso e, portanto, não busca explicitamente dissuadir o uso de forças convencionais com a ameaça de escalada nuclear. Em contraste, o Paquistão está explicitamente comprometido com um projeto nuclear política que visa impedir a Índia de usar energia nuclear e forças convencionais. Para apoiar tal política, o Paquistão mantém a opção do primeiro uso de armas nucleares e desenvolveu capacidades nucleares táticas a fim de impedir um ataque convencional indiano em grande escala.

Em suma, a grande complexidade da questão da Caxemira, devido à um longo histórico de conflitos, guerras e embates diplomático entre Índia e Paquistão, somada a aquisição de armas nucleares pelos dois Estados envolvidos, deixa uma configuração política muito delicada no Sul da Ásia. Compreender a parte histórica, assim como examinar as estratégias nucleares envolvidas na questão, contribuem para o debate à respeito da segurança internacional e paz em uma das regiões mais conturbadas politicamente.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANSARI, Sarah. **How the Partition of India happened – and why its effects are still felt today**. The Conversation, Reino Unido, 10 ago. 2017. Disponível em: <https://theconversation.com/how-the-partition-of-india-happened-and-why-its-effects-are-still-felt-today-81766>.

COSGROVE, Ben. **Vultures of Calcutta: The gruesome aftermath of India's 1946 Hindu-Muslim riots**. Time, Estados Unidos da América, p. 1, 26 maio 2014. Disponível em: <https://time.com/3879963/vultures-of-calcutta-the-gruesome-aftermath-of-indias-1946-hindu-muslim-riots/>.

SCHOFIELD, Victoria. **Kashmir in conflict: India, Pakistan and the unending war**. 1. Ed, pg40. Londres: I.B. Tauris & Co, 2003. 294 p. v. 1.

RID, Saeed Ahmed. **India and Pakistan: Formalizing the 2003 Ceasefire Agreement**. E-International Relations, Reino Unido, 8 fev. 2018. Disponível em: <https://www.e-ir.info/2018/02/08/india-and-pakistan-formalizing-the-2003-ceasefire-agreement/>.

AL JAZEERA (Catar). **Kashmir special status explained: What are Articles 370 and 35A?**. Al Jazeera, Catar, p. 1, 5 ago. 2018. Disponível em: <https://www.aljazeera.com/news/2019/08/kashmir-special-status-explained-articles-370-35a-190805054643431.html>.

BURITY, Joanildo. **Religião, política e cultura**. Tempo social, São Paulo, v. 20, n. 2, p. 83-113, 1 nov. 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ts/v20n2/05.pdf>.

MEARSHEIMER, John. **The Tragedy of Great Power Politics**. London and New York: W. W. Norton and Company, 2001. 54 p.

BLUTH, Christoph; MUMTAZ, Uzma. **India-Pakistan Strategic Relations: The Nuclear Dilemma**. Stuttgart: Ibidem Press, 2020. 286 p. ISBN 978-3-8382-7413-3.

INDIA, Ministério das Relações Exteriores, Declaração de Tashkent

INDIA, Ministério das Relações Exteriores, Tratado de Simla

HIRO, Dilip. **The Longes August: The Unflinching Rivalry Between India and Pakistan**. Nova York: Nations Book, 2015. 734 p. ISBN 978-1-56858-515-4.

KHAN, Yasmin. **The Great Partition: The Making of India and Pakistan**. New Haven and London: Yale University Press, 2007. 210 p. ISBN 978-0-300-14333-1.

PATE, O. H .K.; LEARMONTH, A. T. A. **India and Pakistan: A General and Regional Geography**. London and New York: Routledge, 2017. 914 p. v. 12. ISBN 978

FORTMANN, Michel; WIRTZ, James J.; PAUL, T.V. **BALANCE OF POWER: Theory and Practice in the 21st Century**. Stanford, California: Stanford University Press, 2004. 402 p. ISBN 0-8047-5016-5.

KAUFMAN, Stuart; LITTLE, Richard; WOHLFORTH, William C. **The balance of power in world history**. New York: Palgrave Macmillan, 2007. 291 p.

NIOU, Emerson M. S.; ROSE, Gregory F.; ORDESHOOK, Peter C. **The balance of power: Stability in international systems.** United States of America: Cambridge University Press, 1989. 368 p. ISBN 0-521-37471-5.

WALTZ, Kenneth N. **Man, the state, and war: A theoretical analysis.** New York: Columbia University Press, 2001. 263 p. ISBN 0-231-12537-2

SHEEHAN, Michael. **The Balance of Power: History and Theory.** USA and CANADA: Routledge, 2005. 229 p. ISBN 0-415-11930-8.

MORGENTHAU, Hans. **A Política Entre as Nações: A Luta pelo Poder e a Paz.** 1. ed. São Paulo: Universidade de Brasília, 2003. 1135 p.

BULL, Hedley. **Society and Anarchy in International Relations.** Londres: Diplomatic Investigations, 1996. 65 p.

HERZ, John. **Balance Systems and Balance Policies in a Nuclear and Bipolar age.** 1. ed. New York: Journal of International Affairs, 1960. 130 p. v. 19.

MANDELBAUM, Michael. **The Nuclear Revolution: International Politics before and after Hiroshima.** 1. ed. Cambridge: Cambridge University Press, 1981. 150 p.

CLAUDE, Inis. **The Balance of Power Revisited.** Review of International Studies, Cambridge, v. 15, ed. 2, 1989.

MCGUIRE, M. **The Insidious Dogma of Deterrence.** Bulletin of the Atomic Scientists, New York, v. 1, ed. 1, 1986.

WOHSLETTER, Albert. **The Delicate Balance of Terror**. Foreign Affairs, New York, v. 37, p. 221, 1959.

SNYDER, Glenn. **The Balance of Power and the Balance of Terror**. Chandler, San Francisco: P.Seabury, 1965. 184 p.

ZINNES, D. **An Analytical Study of the Balance of Power Theories**. Journal of Peace Research, Oslo, v. 4, n. 270, ed. 1, 1954.